

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, SOCIOLOGIA E POLÍTICA
OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO
PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MTb/UFPel

O MERCADO DE TRABALHO DE RIO GRANDE

RELATÓRIO ANUAL - 2016

Equipe técnica do Acordo de Cooperação MTb/UFPel:

Coordenador:

Prof. Francisco E. Beckenkamp Vargas

Sub-Coordenador:

Hilbert David de Oliveira Sousa

Pesquisadoras bolsistas:

Agnes Martha da Silva

Ana Cristina Porto Fabres

Franciely Costa Braga

Rafaella Egues da Rosa

Pelotas, Agosto de 2017.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
INTRODUÇÃO	5
1. CONTEXTO HISTÓRICO, DEMOGRÁFICO E ECONÔMICO	10
2. CONTEXTO DO MERCADO DE TRABALHO.....	13
3. MOVIMENTAÇÃO E ESTOQUE DO EMPREGO FORMAL.....	20
4. ESTRUTURA SETORIAL DO EMPREGO	22
5. MOVIMENTAÇÃO SETORIAL DO EMPREGO	23
6. OCUPAÇÕES MAIS MOVIMENTADAS	24
7. PERFIL DOS VÍNCULOS MOVIMENTADOS.....	26
8. RENDIMENTOS DAS MOVIMENTAÇÕES DO EMPREGO FORMAL	29
8.1. Rendimentos médios nominais	29
8.2. Rendimentos médios por setores	30
8.3. Rendimentos médios segundo o perfil dos vínculos.....	30
8.4. Faixas de rendimento das movimentações	33
CONCLUSÕES.....	34
NOTA METODOLÓGICA	38

APRESENTAÇÃO

Este Relatório tem como objetivo apresentar as principais características do mercado formal de trabalho do município de Rio Grande/RS, focalizando sua análise em aspectos estruturais e conjunturais. Com isso, pretende-se aprofundar o conhecimento sobre as transformações do trabalho em nível local, criando-se condições para estimular o debate público sobre esse tema e qualificar as políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Nas sociedades modernas e contemporâneas, o trabalho e o emprego são atividades importantes não só para garantir o acesso a um rendimento econômico que assegure a subsistência material das pessoas e de seus grupos familiares, mas também para assegurar um conjunto de direitos, proteções e reconhecimento social.

Nesse sentido, o trabalho está diretamente relacionado à cidadania, ao pertencimento a uma comunidade política. Portanto, o bem-estar material e psicológico, a segurança, o pertencimento e a identidade social, a participação na vida coletiva e no espaço público são dimensões que estão em jogo quando se trata de pensar a importância do trabalho. O “trabalho decente”, nestes termos, torna-se uma preocupação em escala global, cada vez mais assumida por agências internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho.

Ao mesmo tempo, nessa mesma perspectiva, a preocupação com a sustentabilidade ambiental torna-se igualmente hegemônica, o equilíbrio e o respeito na relação com a natureza assumindo uma importância crucial na definição das estratégias de desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável, portanto, em consideração à centralidade que se dá à relação com o meio ambiente, torna também central a preocupação com os “empregos verdes”.

Por tudo isso, o poder público, em todas as suas instâncias, tem uma importante responsabilidade no sentido de assegurar o acesso das pessoas a esses direitos, proteções e bem estar. A investigação e a análise dos mercados locais de trabalho tornam-se, pois, importantes ferramentas de monitoramento das condições de vida dos cidadãos e de reflexão, avaliação, planejamento e implementação de ações de responsabilidade do Estado em todos os seus níveis.

Por essas razões é que o Observatório Social do Trabalho, projeto de extensão ligado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas e integrante da Rede Observatórios do Trabalho, coordenada pelo Ministério do Trabalho (MTb), apresenta este Relatório, que é um dos produtos que fazem parte de Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério do Trabalho (MTb) e a Universidade Federal de Pelotas em novembro de 2015.

O Acordo tem como objetivo apoiar os Observatórios do Trabalho¹, e com isso, assegurar condições para um adequado monitoramento de mercados locais de trabalho, bem como ampliar o diálogo com gestores, com vistas à qualificação de políticas públicas na área de emprego, trabalho e renda. Com essa experiência espera-se estimular uma ação cada vez mais qualificada, profissional e participativa dos atores sociais envolvidos.

Pelotas, junho de 2017.

Coordenação e Equipe Técnica
Observatório Social do Trabalho (IFISP/UFPel)

¹ O mesmo acordo de cooperação também foi firmado com outras universidades públicas federais, tais como a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal de Campina Grande-PB (UFCG), a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e a Universidade Federal do Pará (UFPA).

INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho passou por profundas transformações nas últimas décadas. Nos anos 70 e 80 do século passado, em um contexto de crise capitalista de abrangência mundial, as grandes empresas realizaram profundas mudanças em suas formas de gestão e organização do trabalho e da produção. Um novo paradigma produtivo foi gestado e colocou em xeque os princípios fordistas vigentes, as formas de regulação típicas do Estado de bem estar social e suas políticas públicas. Nesse processo, uma revolução tecnológica promoveu uma crescente incorporação das novas tecnologias de informação e comunicação aos processos de produção e de trabalho.

O processo de reestruturação produtiva, de incorporação de novas tecnologias e de mudanças nas formas de regulação do Estado provocou impactos devastadores sobre o mercado de trabalho. Por um lado, ocupações, profissões e setores inteiros da economia foram eliminados ou passaram por profundas mudanças que alteraram o perfil dos trabalhadores requisitados, suas qualificações e suas competências.

O enxugamento das empresas e a flexibilização dos processos produtivos implicou também em uma crescente flexibilização do trabalho e das relações de trabalho, bem como das formas de contratação dos trabalhadores. As terceirizações e subcontratações e a ideia de uma nova cultura do trabalho, baseada na autonomia e no empreendedorismo, ocuparam um espaço cada vez maior nesse cenário profundamente renovado.

Por outro lado, o crescimento do desemprego estrutural passou a pautar o debate sobre as transformações do mundo do trabalho e sobre as políticas públicas. Alguns autores anunciaram o fim do trabalho e a necessidade de repactuar as formas de proteção social, já que, historicamente, elas sempre estiveram alicerçadas no emprego formal como mecanismo fundamental de pertencimento e de acesso a direitos.

A insegurança e a precariedade decorrentes das transformações do mundo do trabalho passaram a fazer parte, igualmente, do debate público. A tensão entre a necessidade de mais flexibilidade para as empresas, face à concorrência acirrada no mercado internacional, e de mais segurança para os trabalhadores, dada a precariedade social crescente, passou a balizar os conflitos políticos e as lutas sociais durante esse período.

No Brasil, o quadro não foi muito diferente, a não ser pelo fato de termos herdado do longo período de expansão industrial e capitalista, entre 1930 e 1980, um elevado grau de precariedade estrutural do trabalho, marcado, sobretudo, por empregos de baixa qualidade, por baixo nível de proteção social e por elevada informalidade. A expansão do emprego assalariado protegido, base da

proteção social e trabalhista na Europa e nos países mais desenvolvidos, ocorreu de forma limitada no Brasil, convivendo-se, aqui, com as formas de trabalho autônomas, individualizadas e informais.

Igualmente no Brasil, o processo de reestruturação produtiva, sobretudo nos anos de 1990, provocou impactos profundos e duradouros sobre o mercado de trabalho com a elevação do desemprego e da informalidade. Todavia, nesse período, as bases de sustentação das políticas públicas de emprego, trabalho e renda, foram fortalecidas com a consolidação dos fundos públicos destinados ao financiamento dessas políticas. Apesar disso, essas políticas careciam, e carecem ainda hoje, de melhor estruturação e articulação entre si, o que se constitui como enormes desafios para o Estado e seus gestores.

Nos anos 2000, a conjuntura econômica do país começou a se modificar de forma significativa, com sinais evidentes de recuperação e crescimento da economia, sobretudo a partir da segunda metade da década. Um cenário virtuoso começa a se desenhar nesse período no que concerne ao mercado de trabalho, que combina crescimento econômico com a expansão do emprego formal protegido e a redução do desemprego e da informalidade. Esse cenário se prolonga até 2014, quando os sinais de crise econômica retornam e os principais indicadores de mercado de trabalho passam a piorar. Com isso, o cenário de redução do emprego protegido e de crescimento do desemprego ressurgem e passam a desafiar novamente as políticas públicas de emprego, trabalho e renda.

Desta forma, esse relatório pretende contribuir para a compreensão e o monitoramento detalhado do cenário atual de crise do mercado de trabalho. Sua abordagem, de característica essencialmente conjuntural e focada na evolução recente do mercado formal de emprego (mas com uma contextualização das transformações estruturais), apoia-se em um conjunto de princípios teóricos e conceituais a seguir explicitados.

O mercado de trabalho apresenta-se, inicialmente, como um espaço social de trocas entre ofertantes e demandantes de força de trabalho. Porém, não se trata de um espaço entre sujeitos puramente iguais, mantendo relações totalmente livres. Mas sim, de um espaço fortemente estruturado social, econômica, política e culturalmente.

Nestes termos, o mercado de trabalho deve ser sociologicamente analisado como um espaço condicionado por outras dimensões da vida social, pelas regras jurídicas politicamente instituídas, pelas condições históricas e econômicas consolidadas no passado, pelas relações, conflitos e lutas entre seus atores, e pelas crenças, valores e sentimentos que orientam cotidianamente a prática desses atores.

Esse conjunto de dimensões não são fáceis de serem apreendidas e analisadas quando se trata de investigar o mercado de trabalho. O que se objetiva neste relatório é identificar algumas dessas dimensões, sobretudo a partir dos indicadores estatísticos de mercado de trabalho. No entanto, é

preciso sublinhar que esses indicadores têm um alcance limitado e permitem captar apenas alguns aspectos desse complexo fenômeno social.

Assim sendo, esses indicadores devem ser considerados, primeiramente, como um conjunto limitado de informações sobre o mundo do trabalho e suas relações. Em segundo lugar, como um conjunto de indícios que auxiliam a reconstituir as práticas e relações sociais nesse mercado. Nesse sentido, os indicadores não “falam por si mesmos”, pois são necessários quadros teóricos de referência a partir dos quais se levantam e interpretam os dados disponíveis.

Este relatório não pretende limitar nem o número e a abrangência de indicadores, nem tampouco os quadros interpretativos que estabeleçam o seu significado. O que se objetiva é apresentar um ponto de partida e um ponto de vista particular sobre o mercado de trabalho, que sirvam como base para um diálogo entre os atores sociais envolvidos.

Mas, quais seriam as dimensões significativas a serem consideradas em uma análise inicial dos mercados locais de trabalho?

Em primeiro lugar, sendo o mercado de trabalho um espaço social de troca entre ofertantes e demandantes de força de trabalho, considera-se necessário caracterizar, inicialmente, a estrutura da demanda, o que implica em descrever características das empresas, estabelecimentos e setores da atividade econômica.

Historicamente, em geral, a dinâmica de acumulação capitalista levou a formação de grandes empresas e à redução da participação do trabalho agrícola. Após um processo de expansão tivemos um recuo das atividades industriais seguido de um forte crescimento dos serviços. Porém, essa dinâmica nunca se mostrou homogênea em escala internacional, nacional ou regional, de forma que o que tivemos foi a convivência de pequenos e grandes estabelecimentos com processos de industrialização/desindustrialização mais ou menos diferenciados. Trata-se, pois, de mapear essa estrutura econômica, ou seja, de identificar a dinâmica de geração/perda de empregos no âmbito dessa estrutura que sabemos diferenciada e heterogênea.

Em segundo lugar, sendo, ainda, o mercado de trabalho um espaço de relações sociais mediadas por um conjunto de regras e normas cristalizadas nos direitos, proteções e instâncias de negociação, torna-se relevante caracterizar essas relações pela natureza dos vínculos estabelecidos, por sua dinâmica de admissão e desligamento, bem como pelas condições de duração dos contratos e de remuneração dos trabalhadores. Essas características oferecem um quadro bastante nítido da natureza das relações de trabalho no mercado de trabalho.

Finalmente, sendo o mercado de trabalho um espaço de produção de relações sociais, isto é, de relações que não são apenas estritamente econômicas, orientadas apenas segundo o intuito de maximização dos interesses individuais e/ou empresariais, mas fundamentadas em crenças, valores e

sentimentos, presume-se que elas possam se constituir em um importante vetor de produção e reprodução de desigualdades sociais, de tal forma que diferentes grupos e categorias apresentem acesso diferencial aos recursos distribuídos nesse mercado, tais como rendimentos ou outros benefícios específicos.

Nesse sentido, os indicadores analisados permitem traçar não apenas um perfil dos trabalhadores no mercado de trabalho, mas os níveis de desigualdades nele observáveis, de forma que se possa diagnosticar a existência de grupos sociais mais ou menos vulneráveis. Cabe ressaltar que tais grupos sociais podem se constituir em públicos alvos específicos de políticas públicas, o que de fato já ocorre em alguns casos, como os jovens e o programa do primeiro emprego, por exemplo.

Este relatório, portanto, pretende identificar qual tem sido a dinâmica recente e conjuntural de criação/destruição de empregos formais, dado o cenário atual de crise pelo qual passa a economia brasileira. Para tanto, busca-se caracterizar essa dinâmica de movimentação dos vínculos formais em termos setoriais e traçar um perfil dos vínculos movimentados.

Assim sendo, o relatório inicia por uma contextualização histórica, econômica e demográfica, bem como uma contextualização do próprio mercado local de trabalho, a fim de que se possa ter parâmetros mais adequados para interpretar os dados da dinâmica conjuntural recente do emprego formal.

Em termos metodológicos, este relatório utiliza-se das bases de dados do Ministério do Trabalho (MTb), sobretudo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). Para o esforço de contextualização histórica, econômica e demográfica e do mercado local de trabalho, o relatório utiliza dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - outra base do Ministério do Trabalho -, dos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como dados sobre as contas regionais, publicados pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Estado de Rio Grande do Sul em conjunto com o IBGE.

As bases do Ministério do Trabalho são fontes administrativas de informações prestadas pelos estabelecimentos e restringem-se ao âmbito do emprego formal e registrado. A RAIS é uma base de dados anual que possibilita uma caracterização completa do estoque total de empregos formais celetistas e estatutários.

Já o CAGED é uma base de dados mensal que permite captar a movimentação (admitidos e desligados) de vínculos formais celetistas, não abrangendo o emprego público estatutário. Em ambas as bases é possível traçar um perfil completo dos vínculos em termos de atributos pessoais (sexo, faixa etária, escolaridade), características setoriais e ocupacionais, bem como segundo os níveis de remuneração.

Com o uso dessas duas bases é possível dimensionar a dinâmica do emprego formal, identificar o crescimento ou redução na criação de postos de trabalho, bem como segundo características setoriais, ocupacionais, a natureza dos vínculos, os tipos de movimentação, a remuneração, dentre outras variáveis.

Apesar da riqueza de informações, essas fontes administrativas do Ministério do Trabalho (RAIS e CAGED) não permitem captar as características do nível de atividade do conjunto da força de trabalho, nem situações de trabalho ou emprego informal (não registrado), nem tampouco dimensionar o desemprego ou desocupação. Trata-se de uma limitação do sistema estatístico brasileiro, de forma que, em nível municipal, essas variáveis de mercado de trabalho são captadas apenas nos censos demográficos realizados pelo IBGE.

As pesquisas domiciliares, anuais ou trimestrais, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tais como a PNAD e PNAD contínua, que permitem captar as dimensões acima referidas, o fazem apenas nos níveis agregados do país, das grandes regiões, dos estados, das regiões metropolitanas e das capitais, não sendo possível a desagregação em nível municipal devido ao tamanho e características das amostras domiciliares. Por essa razão, os dados conjunturais deste relatório estão focados na caracterização do emprego formal e não é possível a caracterização das situações de nível de atividade econômica e desocupação/desemprego.

O presente Relatório está dividido em oito seções. Nas duas primeiras seções, apresenta-se uma contextualização histórica, demográfica e econômica (seção 1) da cidade de Pelotas, bem como de seu mercado de trabalho (seção 2), identificando-se suas principais características estruturais nos últimos quinze anos. A seguir, das seções 3 a 8, apresenta-se uma caracterização da conjuntura do emprego no município, tomando como referência os dados do CAGED referentes à movimentação do emprego formal celetista no ano de 2016. Assim, temos os dados de movimentação (admissões, desligamentos e saldos) totais, mensais e setoriais, e de estoques totais e setoriais (seções 3, 4 e 5), ocupações mais movimentadas (seção 6), perfil dos vínculos movimentados em termos de sexo, idade e grau de instrução (seção 7), bem como dados sobre rendimentos das movimentações (seção 8).

1. CONTEXTO HISTÓRICO, DEMOGRÁFICO E ECONÔMICO

A localidade onde se situa atualmente o município de Rio Grande foi o marco inicial de ocupação do atual Estado do Rio Grande do Sul pela coroa portuguesa, durante século XVIII, em um contexto de fortes disputas travadas entre portugueses e espanhóis pelo controle desse território. Situado entre a Colônia do Sacramento, fundada pelos portugueses em 1680 no estuário do Rio da Prata, e Laguna, ponto oficialmente mais ao sul do então território brasileiro (hoje situado no Estado de Santa Catarina), esse novo povoado, inicialmente denominado de Rio Grande de São Pedro, foi fundado em 1737 com a construção do Forte de Jesus-Maria-José.

O nome Rio Grande foi atribuído devido à sua localização junto ao canal natural de saída das águas da Lagoa dos Patos no Oceano Atlântico. Rio Grande foi elevada à condição de vila e sede de município em 1751, sendo um dos quatro municípios iniciais de formação do Estado do Rio Grande do Sul. Em 1835, Rio Grande foi elevada à condição de cidade pela Lei Provincial nº 5, de 27 de junho daquele ano (IBGE, Cidades, 2017).

Devido às condições geográficas do município, Rio Grande se converteu naturalmente em cidade portuária. Desde o final do século XIX e ao longo do século XX foi se consolidando uma ampla infraestrutura portuária no município que passou a se constituir em um importante polo de escoamento agrícola e industrial do sul do Brasil. O porto contribuiu, igualmente, para a consolidação, desde meados do século XX, de um parque industrial voltado para indústrias têxteis e frigoríficas, inicialmente, bem como para atividades industriais no setor químico.

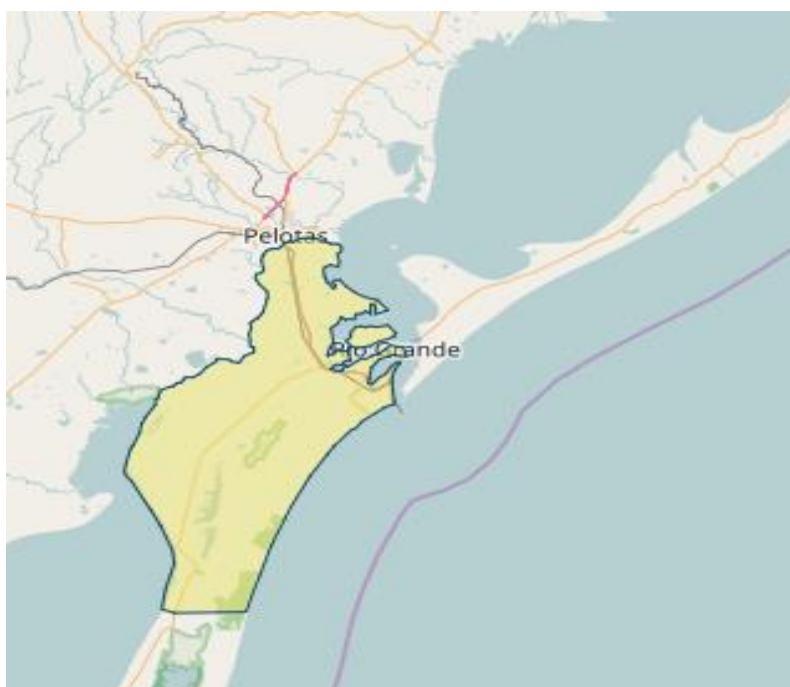
Com a crise da economia brasileira durante os anos oitenta e noventa, a economia local passa por enormes dificuldades, configurando-se um cenário local marcado por elevada pobreza, informalidade e desemprego. Apesar dessas dificuldades, o complexo industrial portuário do município de Rio Grande contribuiu decisivamente para que o município ocupasse, até hoje, uma importante posição na economia gaúcha.

Nos anos 2000, com a retomada do crescimento da economia brasileira, a economia local começa a apresentar sinais de recuperação, nela observando-se um importante crescimento econômico e a implantação de investimentos estratégicos. Nesse sentido, o município foi positivamente afetado pela política de revitalização e descentralização da indústria naval brasileira que resultou, a partir de 2006, na implementação do polo naval local. Consequentemente, tais investimentos implicaram na melhoria de indicadores econômicos e de indicadores de mercado de trabalho local. Trata-se de um período de crescimento da ocupação e do emprego formal e de redução do desemprego e da informalidade.

Esse cenário positivo, porém, dura até 2014, quando uma nova conjuntura de crise econômica se abate sobre o conjunto da economia brasileira, impactando negativamente o mercado de trabalho e, particularmente, a indústria naval brasileira. É nesse cenário recente de crise que serão apresentadas, a seguir, as análises conjunturais sobre o mercado local de trabalho. Antes, porém, seguem-se algumas caracterizações mais detalhadas da população, da economia e do mercado local de trabalho.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Rio Grande, situado na região sul do Estado do Rio Grande do Sul, à margem da Laguna dos Patos, possui uma área territorial de 2.709,522 Km². De acordo com o último censo demográfico, realizado em 2010, o município contava com uma população total de 197.228 habitantes, 96% da qual vivia em zonas urbanas. As populações rural e urbana naquele ano eram, respectivamente, de 7.799 e de 189.429 habitantes. Ainda segundo o IBGE, a população estimada do município, em 2016, era de 208.641 habitantes.

Figura 1 – Município de Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.



Fonte: FEE/RS.

Quando se analisa a composição da população de Rio Grande quanto à cor ou raça, conforme o censo demográfico de 2010, constata-se que 80% da população era formada por pessoas que se declararam brancas, enquanto que 8,5% se declararam pretas, 10,9% pardas, 0,3% amarelas e 0,2% indígenas.

Segundo a Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE/RS), o Produto Interno Bruto do município de Rio Grande era de 7,357 bilhões de reais², em 2014, e o PIB per capita de R\$ 35.538,00. No Estado do Rio Grande do Sul, Rio Grande ocupava a 8ª posição no ranking do PIB e a 108ª posição no ranking do PIB per capita.

O PIB de Rio Grande correspondia a 2,06% do PIB do Estado do Rio Grande do Sul e o PIB per capita representava 111,3% do PIB per capita do Estado, que era de R\$ 31.927,00, em 2014. O PIB per capita de Rio Grande também estava acima da média brasileira, que era de R\$ 28.500,00 naquele mesmo ano, representando 124,7% do PIB per capita nacional.

Analisando-se a evolução recente desses indicadores, tomando como base o ano de 2010, constata-se que o município teve uma pequena perda de participação na economia gaúcha, uma vez que naquele ano essa participação era de 2,13%. O PIB per capita do município manteve-se praticamente estável em relação ao PIB per capita gaúcho, uma vez que representava 110,5% do mesmo em 2010. Já em relação ao PIB per capita nacional, constata-se um recuo, uma vez que, em 2010, o PIB per capita local representava 131,9%.

Ainda segundo a FEE/RS, as atividades econômicas do município estavam concentradas no setor de serviços, este representando 58,6% do PIB municipal, em 2014. Vale salientar que, dentro do setor de serviços, a administração pública, isoladamente, representava 12,3% do total do PIB de Rio Grande. Indústria e agropecuária representavam, respectivamente, 23,3% e 2,2% da economia do município naquele ano. Finalmente, os impostos tinham uma participação de 15,9% no PIB municipal³.

No que concerne à evolução recente da estrutura setorial, no período de 2010 a 2014, observa-se que houve um aumento da participação da indústria e dos serviços, inclusive da administração pública, no PIB municipal e uma enorme diminuição da participação dos impostos. Deste modo, a participação setorial, em 2010, era a seguinte: Agropecuária, 2,3%; Indústria, 16,3%; Serviços, 54,2%; Administração Pública, 10,0%; e Impostos, 27,3%. A participação do setor agropecuário mantém-se, praticamente, estável.

² Mais precisamente, R\$ 7.357.681.054,00

³ Em relação ao Valor Adicionado Bruto (VAB) total, a participação setorial é a seguinte: agropecuária, 2,6%; indústria, 27,7%; serviços, 69,7%; administração pública, 14,6%. Vale registrar que, para o conjunto do Estado do Rio Grande do Sul, essa participação, em 2014, era a seguinte: agropecuária, 9,3%; indústria, 23,4%; serviços, 67,3%; administração pública, 14,1%.

2. CONTEXTO DO MERCADO DE TRABALHO

A década de 2000 foi um período de transformações significativas no mercado de trabalho local, tendo em vista o crescimento da economia brasileira no período, sobretudo na segunda metade da década. Depois de um período de forte desestruturação do mercado de trabalho ao longo dos anos de 1990, assiste-se a um cenário inverso, de desprecarização e melhoria dos principais indicadores de mercado de trabalho.

Ao longo da década, segundo dados dos censos demográficos do IBGE, como se observa na Tabela 1, a população ocupada teve um crescimento de 25,8%, portanto bem acima do crescimento da população residente (5,7%) e da população economicamente ativa (11,5%). O emprego com carteira de trabalho assinada cresceu ainda mais, a uma taxa de 45,7%, ao passo que o emprego sem carteira de trabalho cresceu apenas 9,3%, bem abaixo do crescimento do conjunto da população ocupada.

Tabela 1 - Indicadores demográficos e de mercado de trabalho, Rio Grande, 2000 e 2010.

Indicadores	Rio Grande				
	2000	2010	Var.Abs.	Var. Rel. (em %)	Var. Anual (em %)
População Total	186.544	197.228	10.684	5,7	0,56
População em Idade Ativa	154.739	171.530	16.791	10,9	1,04
População Economicamente Ativa	80.751	90.004	9.253	11,5	1,09
População Ocupada	65.363	82.230	16.867	25,8	2,32
Empregados c/carteira*	27.112	39.509	12.397	45,7	3,84
Empregados s/carteira	12.880	14.078	1.198	9,3	0,89
Militares e servidores públicos estatutários	4.736	6.930			
Ocupação s/ cont. prev.	24.148	24.568	420	1,7	0,17
Pop. Desocupada	15.388	7.774	-7.614	-49,5	-6,60
População Não Economicamente Ativa	73.988	81.525	7.537	10,2	0,97
Taxa de Atividade (em %)	52,2	52,5	0,3	0,5	-
Taxa de Desocupação (em %)	19,1	8,6	-10,4	-54,7	-
Taxa de Informalidade** (em %)	36,9	29,9	-7,1	-19,1	-
Taxa de Vulnerabilidade*** (em %)	49,0	35,9	-13,0	-26,6	-

Fonte: IBGE, Censos Demográficos.

* Incluídos os trabalhadores domésticos.

** Percentual dos ocupados que não contribuem para a previdência social em relação ao total da população ocupada.

*** Soma dos ocupados que não contribuem para a previdência social com os desocupados, dividido pela população economicamente ativa e multiplicado por cem.

Desta forma, durante essa década, observa-se a uma forte redução do desemprego. A população desocupada (conforme nomenclatura adotada pelo IBGE) que era de 15.388 pessoas, em

2000, foi reduzida para 7.774 pessoas, em 2010, de modo que a taxa de desocupação foi fortemente reduzida e despencou de 19,1% para 8,6% nesse período⁴.

No entanto, apesar da redução das taxas de informalidade⁵ no período, com queda de 36,9%, em 2000, para 29,9%, em 2010, essas permaneceram elevadas, o que demonstra a persistência de um alto nível de precariedade no mercado de trabalho. Em 2010, eram 24.568 pessoas inseridas em ocupações sem contribuição previdenciária, excluídas, portanto, do acesso aos direitos e proteções sociais e trabalhistas. Somando-se essas pessoas em situação de informalidade com aquelas desempregadas, chegava-se a um total de 32.342 pessoas em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho - com risco de fragilização de sua condição social -, o que correspondia a 35,9% da população economicamente ativa do município, em 2010.

A leitura de outros indicadores permite identificar mais precisamente as características do mercado local de trabalho. Ainda conforme a Tabela 1, Rio Grande contava, em 2010, com uma população economicamente ativa de 90.004 pessoas e as mulheres representavam 43,9% desse contingente. A taxa total de participação na população ativa era de 52,5%, sendo de 61,8% para os homens e de 43,9% para as mulheres. A população inativa economicamente era de 81.525 pessoas, com as mulheres representando 61,7% desse total.

Ainda segundo o IBGE, em 2010, a população ocupada do município de Rio Grande era de 82.230 pessoas, das quais 42,3% eram mulheres. Do total de ocupados, 73,6%, isto é, 60.516 pessoas, eram empregados assalariados, seja no setor privado (65,2% do total de ocupados), seja no setor público (8,4%)⁶, ou ainda, trabalhando como empregados domésticos (6,8%). Cabe ressaltar que um expressivo número de empregados do setor privado (14.078) não possuía sua carteira de trabalho assinada, o que representa 17,1% do total dos ocupados de Rio Grande e 23,3% do total dos assalariados.

Havia também uma importante participação de outras categorias de trabalhadores ocupados como os trabalhadores por conta própria (22,2% do total dos ocupados), os trabalhadores não remunerados em ajuda a membros do domicílio (1,1% do total dos ocupados), os empregadores (1,9%

⁴ Em 2010, essas taxas eram de 6,4% entre os homens e de 11,6% entre as mulheres. Apesar de serem minoria entre os ocupados, as mulheres somavam 58,6% dos desocupados. Essas taxas de desocupação também eram particularmente elevadas entre os menores de idade (10 a 17 anos) e os jovens (18 a 29 anos), de 28,0% e 14,8%, respectivamente. Já entre as pessoas adultas e idosas, essas taxas caíam sensivelmente, sendo de 7,1% (30 a 39 anos), 4,9% (40 a 49 anos), 3,0% (50 a 59 anos) e 2,1% (60 a 69 anos).

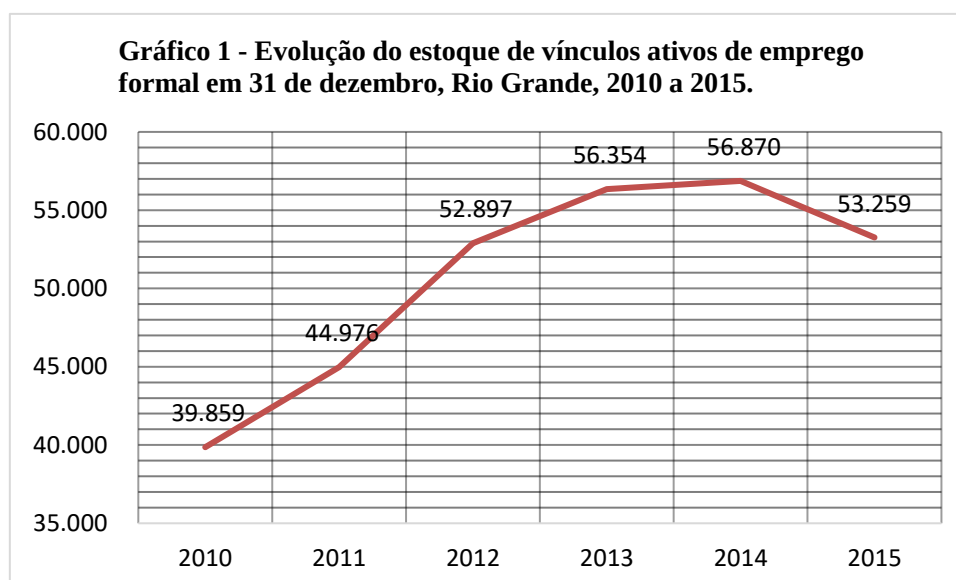
⁵ A taxa de informalidade é calculada dividindo-se o número de ocupados sem nenhum tipo contribuição previdenciária pelo número total de ocupados e multiplicando-se esse valor por cem.

⁶ Segundo o censo demográfico de 2010, o número total de empregados formais, do setor privado e do setor público, excluindo-se os trabalhadores domésticos desse cálculo, era de 54.962 pessoas, 66,8% do total dos ocupados. Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), fonte administrativa de dados sobre mercado de trabalho baseada na declaração dos estabelecimentos ao Ministério do Trabalho (MTb), o estoque total de empregos formais em 31 de dezembro de 2010 era de 39.859 vínculos.

do total dos ocupados) e os trabalhadores na produção para o próprio consumo (1,2% do total dos ocupados).

Quanto à estrutura setorial de distribuição dos ocupados, analisando-se os dados do censo demográfico de 2010, constata-se que Serviços (50,4%) e Comércio (19,1%) concentravam quase 70% da população ocupada. As atividades primárias eram responsáveis por 7,4% dos ocupados, a indústria por 8,6% e a construção por 7,4%⁷.

Em relação à evolução do emprego formal no período recente, conforme dados da RAIS/MTb, mostrados no Gráfico 1, constata-se que o estoque total de vínculos ativos em 31 de dezembro de cada ano passou de 39.859 vínculos, em 2010, para 56.870, em 2014, o que representou um crescimento de 42,7% desse estoque⁸. Em 2015, último ano disponível da RAIS, esse estoque caiu para 53.259 vínculos, ocorrendo uma perda de 3.611 vínculos, o que corresponde a uma taxa de variação de -6,3%.



Fonte: RAIS, MTb.

Essa tendência geral de crescimento do emprego até 2014 e queda em 2015 é observada em quase todos os setores da atividade econômica, menos no setor da construção civil, onde ocorreu uma queda abrupta dos vínculos no ano de 2014. Conforme os Gráficos 2, 3 e 4, que identificam as tendências da curva do emprego no comércio, indústria e serviços (setores com maior peso na estrutura do emprego no município), constata-se que tais setores apresentam a mesma tendência, com pequenas variações entre eles.

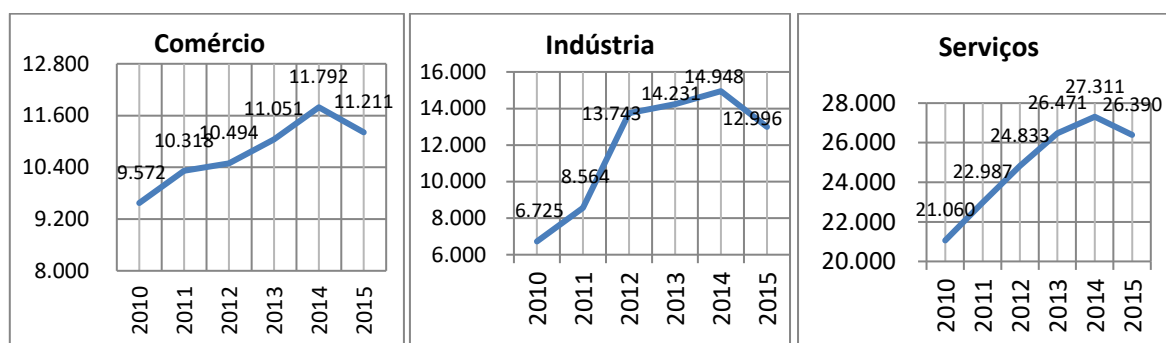
⁷ Contabiliza-se, ainda, 7,1% de ocupados em atividades mal especificadas.

⁸ Nesse período, de 2010 a 2014, o Valor Adicionado Bruto (VAB) total do Rio Grande do Sul cresceu 9,8%. Vale salientar, no entanto, que 2014 foi um ano de desempenho negativo da economia gaúcha, com o PIB sofrendo uma redução de 0,3%.

No setor de serviços, em números absolutos, a queda em 2014-2015 é próxima ao aumento verificado no período de 2013-2014, ou seja, de 2013 para 2014 houve um acréscimo de 840 vínculos e deste ano para 2015 ocorreu a redução de 931 vínculos. No setor do comércio, verifica-se também esta situação. No entanto, apesar da queda do número de vínculos ocorrida entre 2014-2015, o estoque de vínculos neste último ano se manteve um pouco acima daquele existente em 2013.

No caso da indústria, nota-se que há uma queda muito mais abrupta do emprego entre 2014-2015 em relação aos outros setores referidos acima, contabilizando uma perda de quase dois mil vínculos. O setor industrial já vinha mostrando sinais da crise que se avizinhava e que repercutiu nos demais setores apenas mais tarde. O crescimento verificado no período de 2013-2014 já foi muito inferior ao identificado nos anos antecedentes (a partir de 2010).

Gráficos 2, 3 e 4 – Evolução Anual do Estoque de Emprego Formal, Vínculos Ativos em 31/12, Comércio, Indústria e Serviços, Rio Grande, 2010 a 2015.

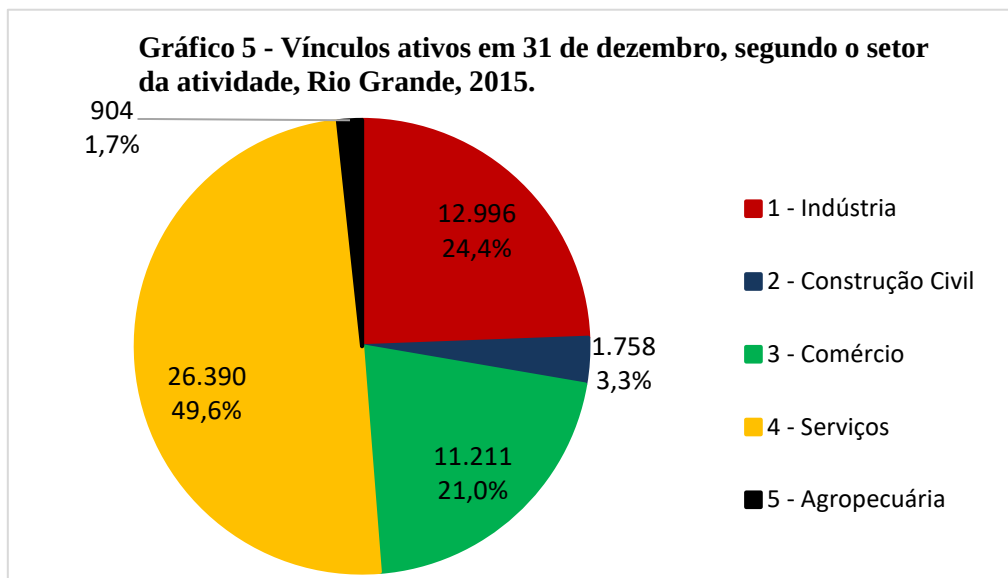


Fonte: RAIS, MTb.

Do total de empregos formais extintos em 2015, que foi de 3.611 vínculos, a indústria responde por 54,1%, isto é, por 1.952 vínculos perdidos. Neste ano, todos os setores apresentaram saldo negativo e, portanto, contribuíram para a redução do estoque total do emprego. Além do destacado papel da indústria na eliminação de postos de trabalho, o setor que mais contribuiu para o desempenho negativo do emprego em 2015 foi o setor de serviços, com um saldo negativo de 921 vínculos, seguido pelo comércio, com um saldo negativo de 581 vínculos, e a construção civil, com um saldo negativo de 117 vínculos. A agropecuária apresentou também saldo negativo, de 40 vínculos. Cabe destacar que este setor é muito pequeno em relação aos demais na composição da estrutura do mercado de trabalho de Rio Grande.

Em 2015, considerado o estoque de vínculos ativos em 31 de dezembro e sua distribuição segundo os setores da atividade econômica, conforme o Gráfico 5, observa-se que serviços (49,6%) e indústria (24,4%) concentram a grande maioria dos vínculos formais, ou seja, 74,0% do total. A administração pública, abarcada pelo setor de serviços, representa 10,1% dos empregos. No interior do setor industrial, a indústria de transformação responde por 22,9% dos vínculos, enquanto os serviços industriais de utilidade pública respondem por 1,3% e a extrativa mineral por 0,2%. Já o

comércio é responsável por 21,0% do estoque de empregos formais. Finalmente, a agropecuária representa apenas 1,7% do estoque total de empregos formais.



Fonte: RAIS Vínculo, MTb.

Quanto à distribuição do número de estabelecimentos e do número de vínculos segundo o tamanho dos estabelecimentos, conforme a Tabela 2, observa-se que do total de 3.486 estabelecimentos econômicos registrados no município de Rio Grande, em 2015, 3.364, isto é, 96,5%, possuem até 49 vínculos e respondem por 35,67% do total do estoque de vínculos. Dentre estes, os estabelecimentos na faixa de 1 a 4 vínculos, isoladamente, representam 62,2% dos estabelecimentos e respondem por 7,75% do total de vínculos ativos.

Os estabelecimentos com 50 ou mais vínculos representam apenas 3,5% do total de estabelecimentos, mas respondem por 63,3% do total de vínculos ativos. Dentre os maiores estabelecimentos, aqueles que apresentam 1.000 vínculos ou mais, representam apenas 0,1% dos estabelecimentos e respondem por 25,5% do total de vínculos ativos.

Os dados revelam, portanto, uma estrutura bastante pulverizada, com um elevado número de pequenos estabelecimentos tanto em quantidade como em número de vínculos. Porém, observa-se, também, o peso significativo dos grandes estabelecimentos (acima de 500 vínculos) na composição do mercado de trabalho. Muito embora representem apenas 0,3% do total, esses estabelecimentos concentram mais de um terço dos vínculos ativos (35,9%).

Tabela 2 - Número de estabelecimentos e número de vínculos ativos em 31 de dezembro, participação relativa e acumulada, segundo as faixas de tamanho dos estabelecimentos, Rio Grande, 2015.

Tamanho Estabelecimento	Nº Estabelecimentos			Nº Vínculos		
	Nº	%	% ac.	Nº	%	% ac.
De 1 a 4	2.167	62,2	62,2	4.128	7,8	7,8
De 5 a 9	615	17,6	79,8	3.999	7,5	15,3
De 10 a 19	380	10,9	90,7	5.112	9,6	24,9
De 20 a 49	202	5,8	96,5	5.758	10,8	35,7
De 50 a 99	59	1,7	98,2	4.132	7,8	43,4
De 100 a 249	37	1,1	99,3	5.966	11,2	54,6
De 250 a 499	15	0,4	99,7	5.061	9,5	64,1
De 500 a 999	7	0,2	99,9	5.532	10,4	74,5
1000 ou Mais	4	0,1	100,0	13.571	25,5	100,00
Total	3.486	100,0	-	53.259	100,00	-

Fonte: RAIS Estabelecimento, MTb.

Esses dados do município de Rio Grande são semelhantes àqueles referentes ao conjunto do país, onde os estabelecimentos com até 49 vínculos representam 96,9% do total de estabelecimentos e 39,4% do total de vínculos. Já os grandes estabelecimentos, acima de 500 vínculos, representam 0,3% do total de estabelecimentos e concentram 34% do total de vínculos.

Quanto ao perfil dos empregados por sexo, conforme se observa na Tabela 3, constata-se que os homens são a maioria dos empregados, com 59,1% de participação no emprego formal, as mulheres constituindo os demais 40,9%. A participação feminina no trabalho assalariado no município de Rio Grande é inferior à sua participação no conjunto do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil, que é de 46,3% e 43,7%, respectivamente.

Tabela 3 – Perfil dos Vínculos Ativos em 31/12, segundo o sexo Rio Grande, RS, 2015.

Sexo	Participação (%)
Masculino	59,1
Feminino	40,9
Total	100,0

Fonte: RAIS Vínculos, MTb.

Quanto à faixa etária, conforme Tabela 4, observa-se que há uma expressiva participação dos adultos de 30 a 49 anos de idade que representam 51,4% do total de vínculos. A categoria de jovens de 18 a 29 anos de idade também têm uma significativa participação no mercado formal de emprego, com 28,7% do total de vínculos. Desta forma, as pessoas com idade entre 18 e 49 anos representam 80,1% do mercado de trabalho em Rio Grande.

Ainda segundo a Tabela 4, os adultos de 50 a 64 anos de idade detêm importante participação no emprego formal, com 17,3% do total de vínculos. Já as pessoas com idade inferior a 18 anos e com 65 anos ou mais de idade têm uma participação pouco significativa no mercado formal de emprego, e representam, respectivamente, 1,1% e 1,4% do total de vínculos.

Tabela 4 - Perfil dos vínculos ativos de emprego em 31 de dezembro, segundo faixa etária, Rio Grande, 2015.

Faixa Etária	Participação (%)
10 a 17	1,1
18 a 29	28,7
30 a 49	51,4
50 a 64	17,3
65 ou mais	1,4
Total	100,0

Fonte: RAIS Vínculos, MTb

Em relação à escolaridade, conforme Tabela 5, observa-se a expressiva participação das pessoas com ensino médio completo e superior incompleto que constituem 53,4% do total de vínculos. Por outro lado, a menor participação, de apenas 10,9%, fica por conta das pessoas das pessoas de menor escolarização, que possuem apenas o ensino fundamental incompleto. As pessoas com nível superior completo e as pessoas com ensino fundamental completo e médio incompleto também têm uma presença significativa no total dos empregados e representam, respectivamente, 17,9% e 17,8% do total de vínculos.

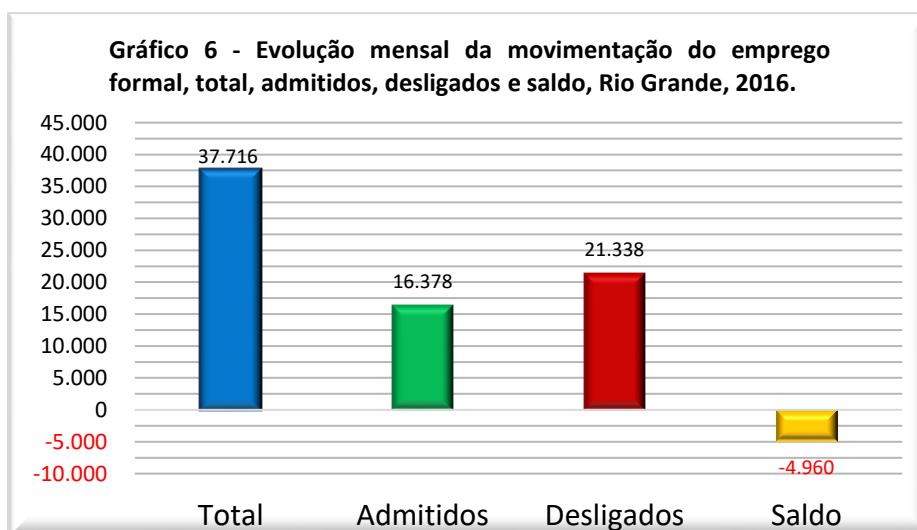
Tabela 5 – Distribuição percentual dos vínculos ativos segundo escolaridade, Rio Grande/RS, 2015.

Escolaridade	Participação (%)
Fundamental Incompleto	10,9
Fundamental Completo e Médio Incompleto	17,8
Médio Completo e Superior Incompleto	53,4
Superior Completo	17,9
Total	100,0

Fonte: RAIS Vínculos, MTb.

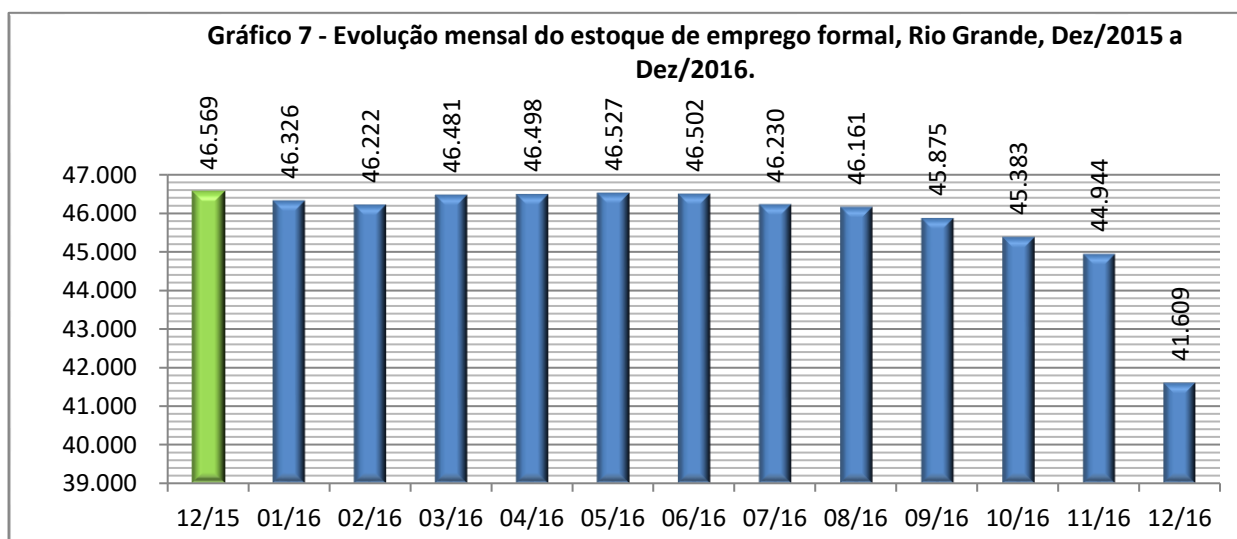
3. MOVIMENTAÇÃO E ESTOQUE DO EMPREGO FORMAL

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho (MTb), em 2016, ocorreram, em Rio Grande, 37.716 movimentações, sendo 16.378 admissões e 21.338 desligamentos, resultando em um saldo negativo de 4.960 vínculos formais de emprego, conforme o Gráfico 6.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

A variação negativa no saldo do emprego formal, em 2016, fez com que o estoque total caísse de 46.569 vínculos, em dezembro de 2015, para 41.609, em dezembro de 2016, conforme o Gráfico 7. A taxa de variação do estoque total de vínculos formais celetistas foi de -10,7%.

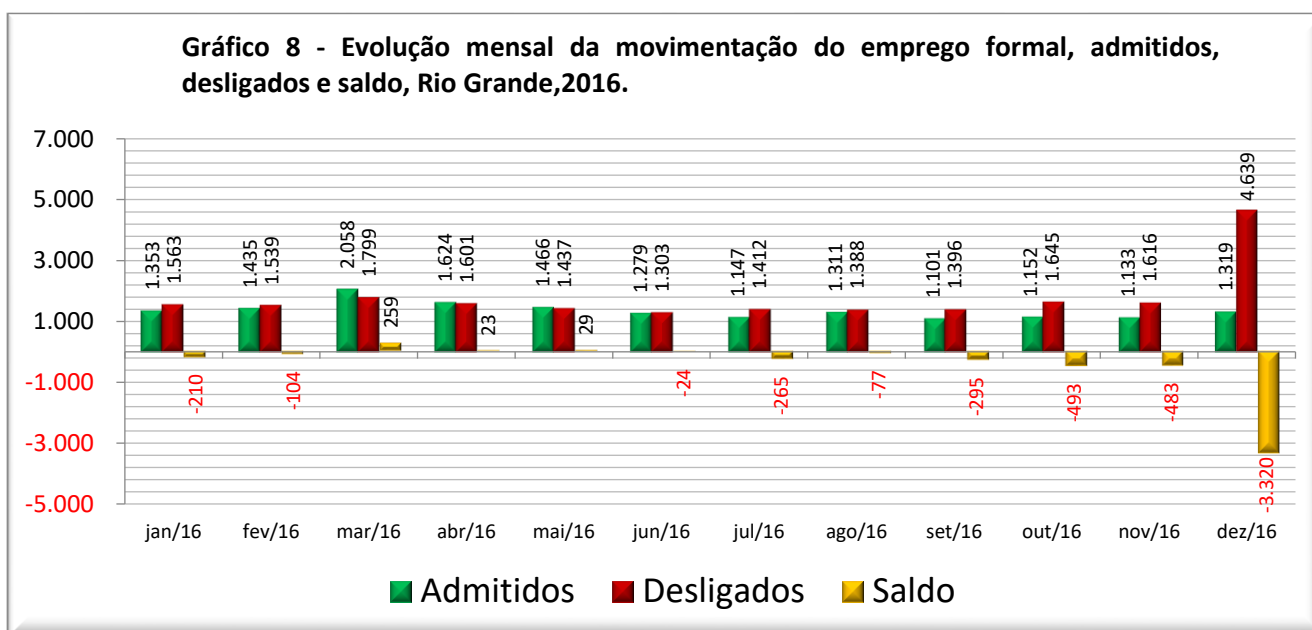


Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Observando-se o Gráfico 7, verifica-se que os estoques se mantêm praticamente estáveis no primeiro semestre do ano, com ligeira elevação entre os meses de março a maio. Porém, o estoque inicia sua trajetória de queda no mês de junho, que se acentua ao longo dos meses subsequentes e experimenta uma queda mais significativa entre os meses de novembro-dezembro.

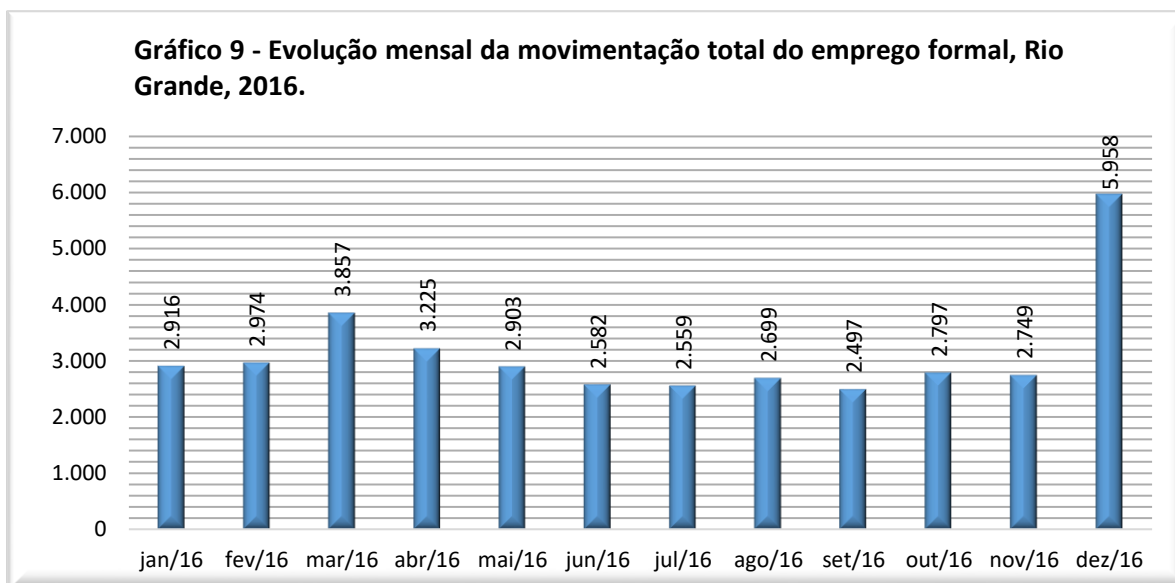
Analisando-se o volume de movimentações em relação ao estoque total de empregos em 31 de dezembro de 2016, constata-se que o total dessas movimentações (admissões + desligamentos) correspondem a 90,6% do estoque. Já os volumes totais de admissões e desligamentos, considerados separadamente, correspondem a 39,4% e 51,3%, respectivamente, desse mesmo estoque total. Trata-se de níveis bastante elevados de movimentação dos vínculos formais de emprego, compatíveis com as características gerais do mercado de trabalho no Brasil.

Como indicado acima, quando se observa as movimentações mensais dos vínculos formais de emprego, conforme o Gráfico 8, verifica-se que saldos negativos são observados na maioria dos meses do ano de 2016, destacando-se o desempenho negativo nos meses de dezembro (-3.320), outubro (-493) e novembro (-483). Em apenas três meses do ano, março (+259 vínculos), abril (+23 vínculos) e maio (+29 vínculos), observa-se saldos positivos na movimentação dos empregos formais.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

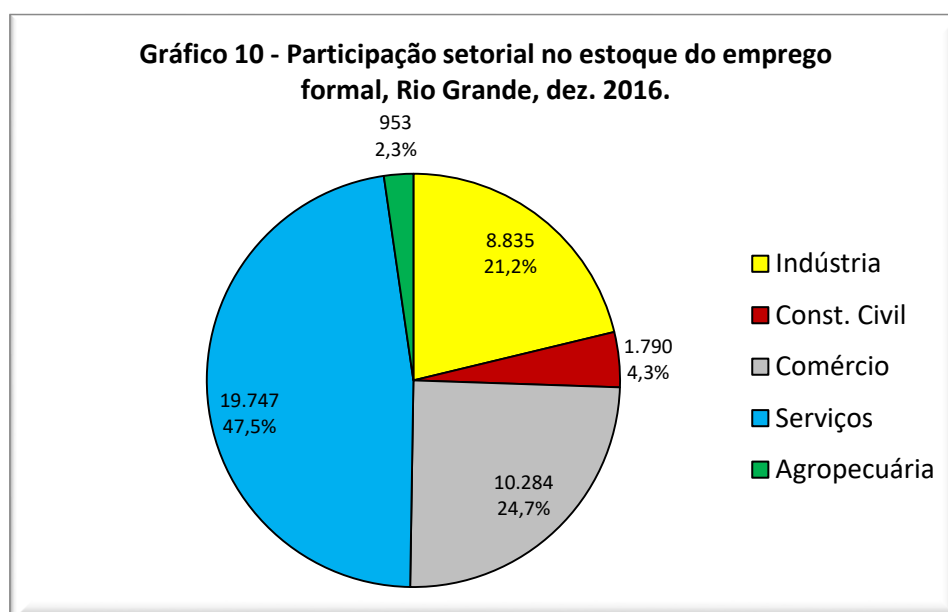
Ao se observar a variação mensal do total de movimentações, conforme o Gráfico 9, verifica-se que há um ligeiro pico da movimentação no mês de março, que é seguido por uma queda em seu volume nos demais meses, mantendo-se em patamares próximos até o mês de dezembro, quando ocorre um grande aumento no volume de movimentações. O mês de dezembro é o que apresenta o maior volume de movimentações do ano. Este comportamento reflete, sobretudo, o impacto da crise no polo naval que atinge, especificamente, a indústria.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

4. ESTRUTURA SETORIAL DO EMPREGO

Conforme o CAGED/MTb, o estoque total de empregos formais celetistas, em dezembro de 2016 (41.609 vínculos), é composto por 19.747 vínculos (47,5%) no setor de serviços, 10.284 (24,7%) no comércio, 8.835 (21,2%) na indústria, 1.790 (4,3%) na construção civil e 953 na agropecuária (2,3%). Abaixo, no Gráfico 10, pode-se visualizar a participação dos grandes setores da atividade econômica (IBGE) no estoque total de empregos formais na cidade de Rio Grande.

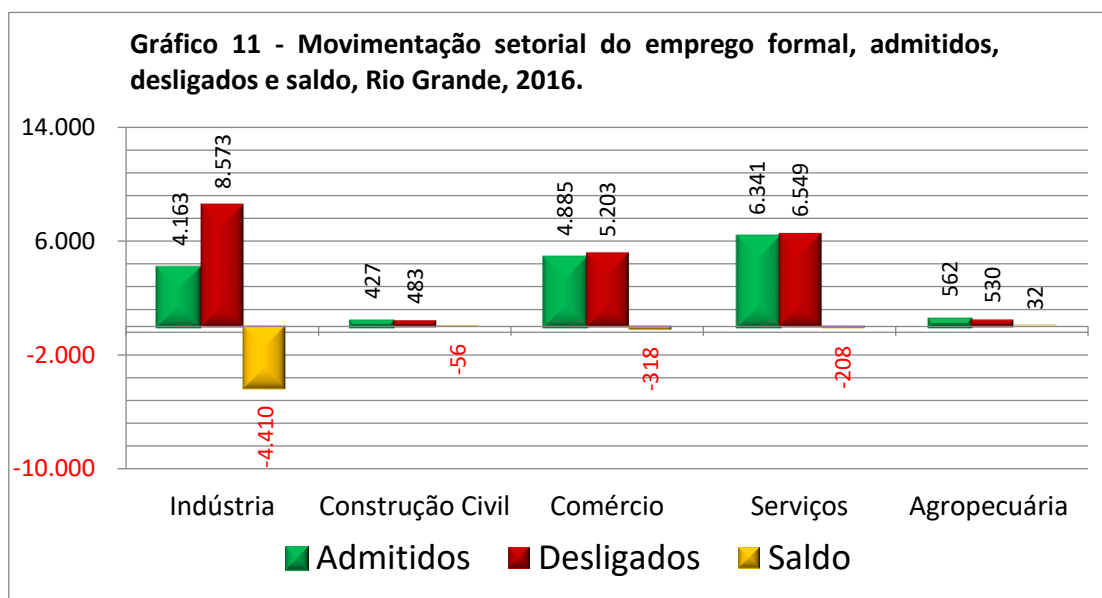


Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

5. MOVIMENTAÇÃO SETORIAL DO EMPREGO

No que concerne à movimentação do emprego nos grandes setores da economia, conforme o Gráfico 11, observa-se que o maior volume de admitidos e desligados, no ano de 2016, está localizado nos setores de indústria e serviços, respectivamente, que juntos representam 67,9% do volume total das movimentações ao longo do ano e 68,7% do volume total de empregos formais celetistas.

No entanto, no setor da indústria, observa-se 4.163 admitidos e 8.573 desligados no ano de 2016, resultando no saldo negativo mais elevado entre o conjunto dos setores, de -4.410 vínculos. A indústria responde por 33,8% do total das movimentações e por 21,2% do estoque de empregos, ou seja, a participação da indústria na movimentação total ficou acima da sua participação no estoque, sobretudo em decorrência do elevado número de desligamentos. Neste sentido, verifica-se que o setor da indústria no município vem sendo negativamente mais afetado pela crise.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

No setor de serviços, observa-se 6.341 admitidos e 6.549 desligados, com saldo de -208, o terceiro saldo negativo mais elevado no conjunto dos setores. Os serviços respondem por 34,2% das movimentações e por 47,5% do estoque, isto é, uma participação na movimentação abaixo da sua participação no estoque.

O segundo maior saldo negativo foi do setor do comércio com -318 vínculos, consequência de 4.885 admissões e 5.203 desligamentos. O comércio responde por 26,7% das movimentações e por 24,7% do estoque de vínculos, ou seja, uma participação levemente superior à participação no estoque.

No setor da construção civil, observa-se 427 admissões e 483 desligamentos, resultando num saldo de -56 vínculos. A construção civil respondeu por 2,4% da movimentação e por 4,3% do estoque

de vínculos, com participação na movimentação abaixo da participação no estoque. O único setor que finalizou o ano com saldo positivo foi o da agropecuária, com 32 vínculos, resultado de 562 admissões e de 530 desligamentos.

6. OCUPAÇÕES MAIS MOVIMENTADAS

O Quadro 1 apresenta a relação das vinte ocupações com maior número de admissões em 2016. Do total de 16.378 admissões declaradas em Rio Grande, 10.474 (64,0%) ocorrem entre as vinte ocupações com maior número de admitidos.

Quadro 1 - Vinte ocupações com maior número de admissões, Rio Grande, 2016.

CBO 2002 Família	Admitidos	
	Nº	%
Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados	1.899	11,6
Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos	1.402	8,6
Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações	965	5,9
Garçons, Barmen, Copeiros e Sommeliers	734	4,5
Caixas e Bilheteiros (Exceto Caixa de Banco)	722	4,4
Trabalhadores na Fabricação e Conservação de Alimentos	501	3,1
Porteiros, Guardas e Vigias	417	2,5
Trabalhadores de Cargas e Descargas de Mercadorias	406	2,5
Pescadores de Água Costeira e Alto Mar	359	2,2
Receptionistas	357	2,2
Trabalhadores de Traçagem e Montagem de Estruturas Metálicas e de Compósitos	341	2,1
Alimentadores de Linhas de Produção	318	1,9
Almoxarifes e Armazenistas	308	1,9
Motoristas de Veículos de Cargas em Geral	295	1,8
Trabalhadores nos Serviços de Manutenção e Conservação de Edifícios e Logradouros	283	1,7
Cozinheiros	276	1,7
Vigilantes e Guardas de Segurança	260	1,6
Trabalhadores de Embalagem e de Etiquetagem	242	1,5
Trabalhadores de Estruturas de Alvenaria	196	1,2
Trabalhadores Auxiliares nos Serviços de Alimentação	193	1,2
Total de 20 ocupações	10.474	64,0
Total	16.378	100,0

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Observando-se a participação relativa de cada uma das vinte ocupações com maior número de admissões, verifica-se que três ocupações responderam por pouco mais de um quarto do volume total de admissões (26,1%). São elas: “Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados” com 1.899 admissões (11,6%), “Escriturários em Geral, Assistentes e Auxiliares Administrativos” com 1.402

admissões (8,6%) e “Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações” com 965 admissões (5,9%).

O Quadro 2, a seguir, apresenta a relação das vinte ocupações com maior número de desligamentos em 2016. Do total dos 21.338 desligamentos declarados, observa-se que 13.015, isto é, 61,1%, ocorreram entre as vinte ocupações com maior número de desligados.

Quadro 2 - Vinte ocupações com maior número de desligamentos, Rio Grande, 2016.

CBO 2002 Família	Desligados	
	Nº	%
Vendedores e Demonstradores em Lojas ou Mercados	2.021	9,5
Escriturários em Geral, Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos	1.574	7,4
Trabalhadores de Traçagem e Montagem de Estruturas Metálicas e de Compósitos	1.297	6,1
Trabalhadores nos Serviços de Manutenção de Edificações	1.031	4,8
Trabalhadores de Soldagem e Corte de Metais e de Compositos	852	4,0
Caixas e Bilheteiros (Exceto Caixa de Banco)	773	3,6
Operadores de Equipamentos de Acabamento de Chapas e Metais	682	3,2
Garçons, Barmen, Copeiros e Sommeliers	612	2,9
Trabalhadores da Pintura de Equipamentos, Veículos, Estruturas Metálicas e de Compositos	396	1,9
Trabalhadores na Fabricação e Conservação de Alimentos	392	1,8
Pescadores de Agua Costeira e Alto Mar	367	1,7
Almoxarifes e Armazenistas	367	1,7
Recepcionistas	355	1,7
Porteiros, Guardas e Vigias	353	1,7
Trabalhadores nos Serviços de Manutenção e Conservação de Edifícios e Logradouros	350	1,6
Cozinheiros	345	1,6
Alimentadores de Linhas de Produção	343	1,6
Encanadores e Instaladores de Tubulações	317	1,5
Motoristas de Veículos de Cargas em Geral	295	1,4
Trabalhadores de Cargas e Descargas de Mercadorias	293	1,4
Total de 20 ocupações	13.015	61,1
Total	21.338	100,00

Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

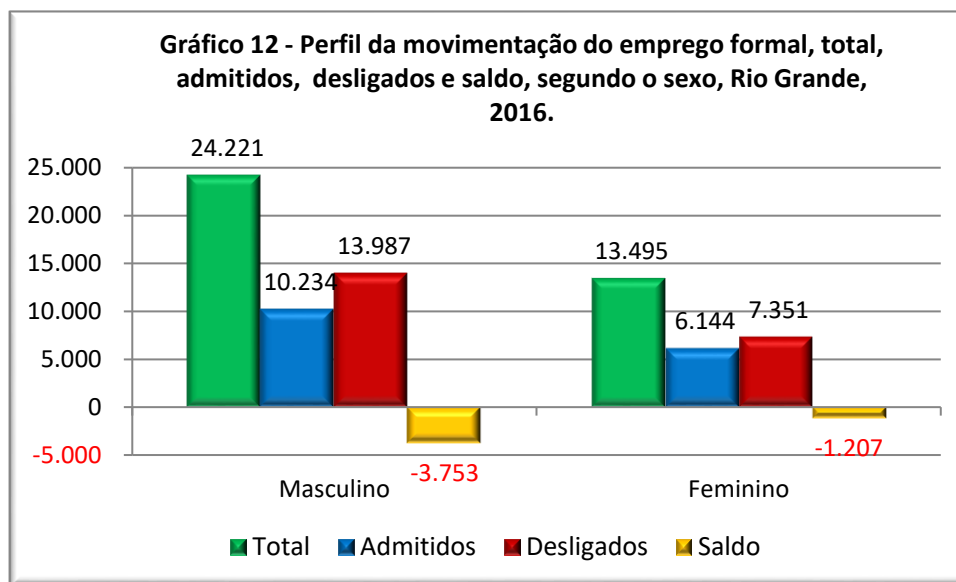
Observando-se as duas ocupações com maior volume de desligamentos, verifica-se que são as mesmas que apresentaram maior volume de admissões. Estas ocupações representam, respectivamente, 9,5% (2.021) e 7,4% (1.574) do total dos desligados. Em terceiro lugar entre os desligamentos, e diferentemente da lista de ocupações mais admitidas, observa-se uma ocupação ligada ao setor industrial, com 6,1% (1.297) do total dos desligados. A presença marcante dessa ocupação revela a tendência do mercado de trabalho local, apontada anteriormente, de crise do setor naval. Somadas, essas três ocupações respondem por 23% do total de desligamentos.

7. PERFIL DOS VÍNCULOS MOVIMENTADOS

Analisando-se o perfil das movimentações segundo o sexo, conforme o Gráfico 12, observa-se que os homens constituem a maioria dos vínculos movimentados (24.221), correspondendo a 64% do total. Já as mulheres representam 36% do total das movimentações, isto é, 13.495 vínculos.

Esses dados indicam que, proporcionalmente, está ocorrendo uma maior movimentação dos homens do que das mulheres, uma vez que a participação dos homens no estoque total de vínculos, segundo a RAIS 2015, é de 59,1%, menor do que a participação no total de movimentações. Desta forma, neste momento de contração do mercado de trabalho, os homens estão sendo mais atingidos pela rotatividade no mercado local de trabalho.

Os dados do Gráfico 12 permitem constatar, igualmente, que os homens também foram mais desligados, proporcionalmente, do que as mulheres. Apesar de serem 64,2% do total dos vínculos movimentados, os homens constituem 75,7% do saldo negativo, isto é, são -3.753 vínculos do sexo masculino contra -1.207 vínculos do sexo feminino. Uma consequência disso é que a participação das mulheres no estoque sofre uma pequena elevação nesse período. Esse elevado desligamento dos homens está diretamente relacionado à crise da indústria naval, segmento majoritariamente masculino e particularmente afetado pela redução dos níveis de emprego formal.

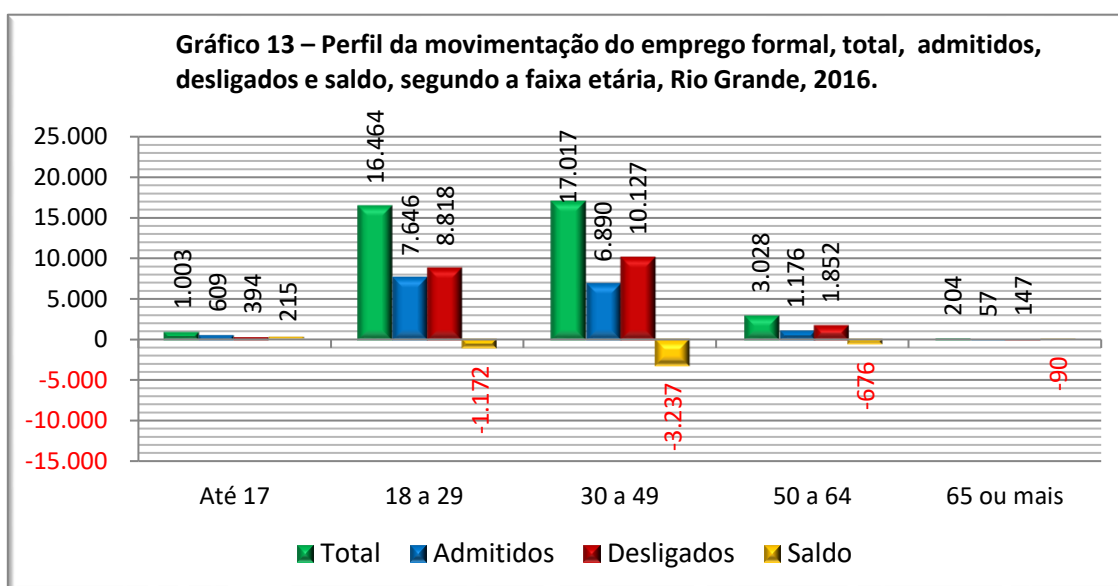


Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Analisando-se o perfil das movimentações segundo a faixa etária, conforme o Gráfico 13, verifica-se que a maior parte dos empregados movimentados (17.017) está na faixa etária de 30 a 49 anos, correspondendo a 45,1% do total. A segunda categoria de idade com maior participação é a do grupo etário de 18 a 29 anos de idade (16.464), com participação de 43,7% no total das movimentações. Os adultos de 50 a 64 anos de idade (3.028) têm uma participação bem menos

expressiva, correspondendo a 8,0% do total. A participação dos jovens até 17 anos de idade (1.003) e das pessoas de 65 anos ou mais de idade (204) é pouco significativa, de 2,7% e 0,5%, respectivamente.

A participação das faixas etárias mais jovens (até 17 anos e de 18 a 29 anos de idade) na movimentação total, de 46,3%, é maior que a participação relativa destes grupos de idade no estoque total de empregos que é de 29,8%. Isto se deve, sobretudo, à elevada movimentação na faixa de 18 a 29 anos de idade. Já nas demais categorias de adulto ocorre o contrário. Ainda que sejam as categorias com maior participação na movimentação total (53,7%), ela é menor do que a participação relativa no estoque total de empregos (70,2%). Isto indica que os jovens estão mais vulneráveis e suscetíveis à rotatividade. No entanto, deve-se ressaltar que a categoria de jovens até 17 anos é a única na qual ocorreu saldo positivo de emprego no final do ano (+215).



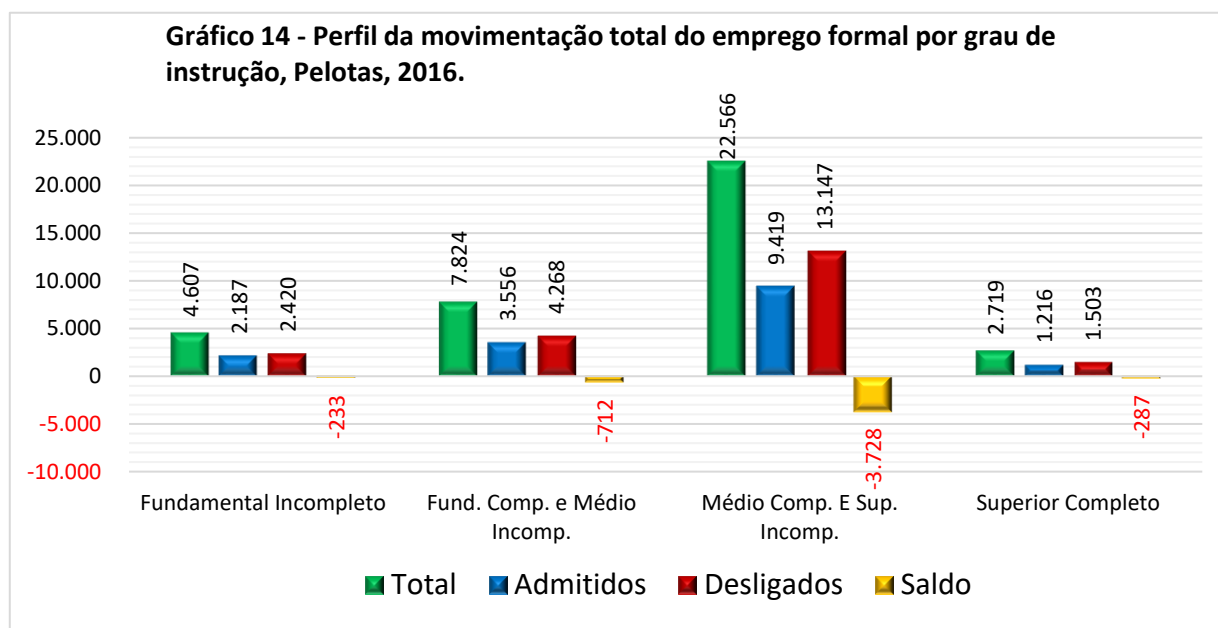
Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Observando-se, ainda, o perfil da movimentação em termos de saldos, verifica-se que a categoria de 30 a 49 anos de idade, apesar de representar 45,1% do total das movimentações, representa 65,3% do saldo negativo do período analisado. Já os trabalhadores jovens de 18 a 29 anos de idade, ao contrário, apesar de representarem 43,7% das movimentações, representam apenas 23,6% do saldo negativo. Isso significa que os trabalhadores adultos foram particularmente afetados pela redução do emprego no município de Rio Grande, os jovens, por outro lado, sendo mais preservados em seus empregos. O efeito desse quadro é o rejuvenescimento do estoque de trabalhadores no mercado formal de trabalho. Esse fenômeno também está associado à crise do setor naval, pois é neste setor em que o volume de desligamentos de trabalhadores adultos de 30 a 49 anos de idade é mais elevado.

Quando se analisa o perfil das movimentações segundo o grau de instrução, conforme o Gráfico 14, observa-se que a maior parte dos vínculos movimentados (22.566) é formada por pessoas com ensino médio completo ou superior incompleto, correspondendo a 59,8% do total. Em seguida, têm-se os empregados com ensino fundamental completo ou médio incompleto (7.824) que representam 20,7% do total da movimentação.

Os empregados com ensino fundamental incompleto (4.607), que apresentam uma baixa escolaridade para os atuais padrões do mercado de trabalho, representam 12,2% do total da movimentação, o que é uma participação significativa. Por fim, os empregados que possuem ensino superior completo (2.719), ou seja, que possuem uma escolaridade elevada, perfazem apenas 7,2% do total de vínculos movimentados.

Por outro lado, mesmo considerando que a categoria dos empregados com ensino médio completo e superior incompleto é a que possui maior participação relativa no estoque total de empregos (53,4%) e nas movimentações (59,8%), constata-se que esta categoria tem sido a mais afetada pelo desemprego, posto que sua taxa de participação no saldo negativo (75,2%) é superior à sua participação no estoque e nas movimentações. No ano de 2016, esse saldo foi de -3.728 vínculos formais de emprego.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Quando se compara a participação na movimentação das diferentes categorias de grau de instrução com a respectiva participação no estoque, observa-se que, à exceção dos trabalhadores com nível superior, em todas as demais categorias a movimentação é maior do que a participação relativa no mercado de trabalho. No caso dos trabalhadores com nível superior, a participação na

movimentação (7,2%) está bem abaixo da participação dessa categoria no estoque total de empregos formais que é de 17,9%, segundo a RAIS 2015.

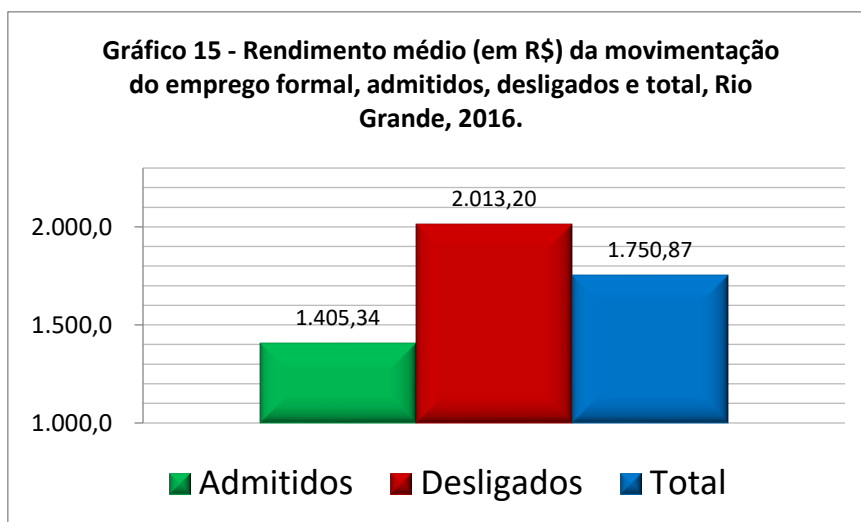
Em todas as categorias de grau de instrução os saldos são negativos. Porém, essas categorias apresentam comportamentos distintos. A categoria de empregados com ensino fundamental incompleto (-233) e ensino superior completo (-287) apresentaram os menores saldos negativos, respondendo, respectivamente, por 4,7% e 5,8% do total do saldo negativo do período. Tratam-se, neste caso, de participações bem abaixo daquelas observadas tanto nos estoques como nas movimentações. Pode-se afirmar que estas categorias ficaram mais preservadas do processo de destruição de empregos no município de Rio Grande.

Finalmente, os trabalhadores com ensino fundamental completo e médio incompleto (-712) representam 14,4% do saldo negativo, participação abaixo daquela observada no estoque (17,8%) e nas movimentações (20,7%). Trata-se de uma categoria que também foi mais preservada do processo de destruição de empregos no município de Rio Grande, ainda que não nos mesmos níveis observados entre os empregados com grau de instrução superior completo.

8. RENDIMENTOS DAS MOVIMENTAÇÕES DO EMPREGO FORMAL

8.1. Rendimentos médios nominais

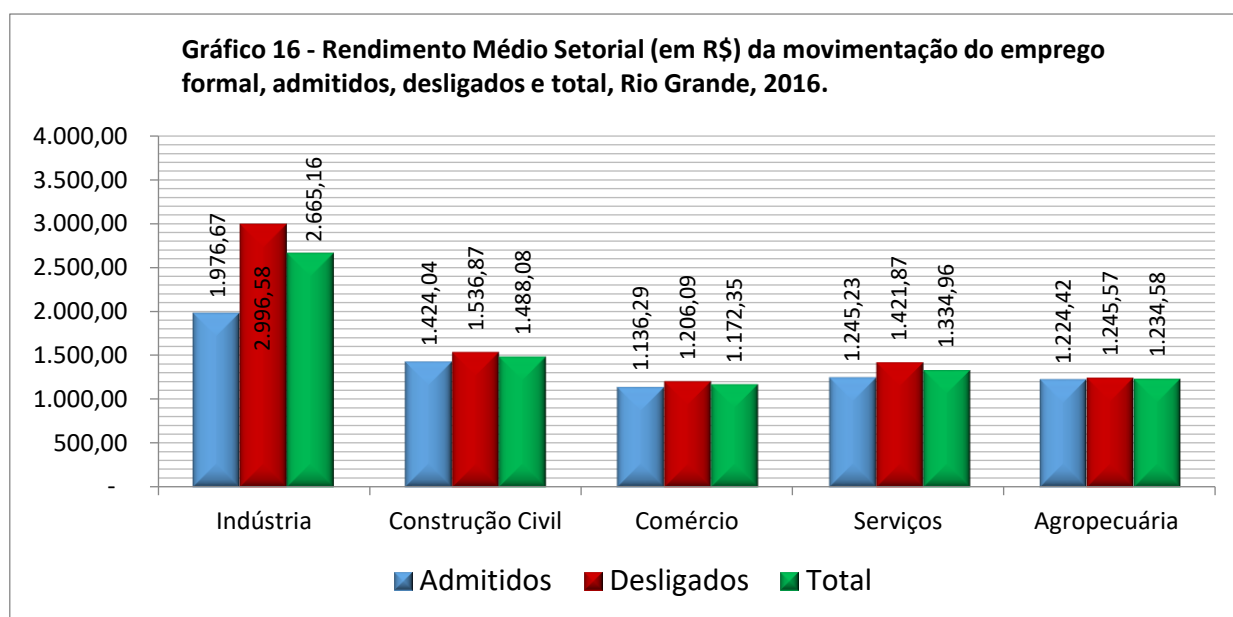
O Gráfico 15 apresenta os rendimentos médios nominais, em reais, dos vínculos de emprego movimentados ao longo do ano de 2016, em Rio Grande. O rendimento médio do total das movimentações foi de R\$ 1.750,87. Já o rendimento médio dos desligados foi de R\$ 2.013,20 e o dos admitidos de R\$ 1.405,30. O rendimento médio destes corresponde a apenas 69,8% do rendimento médio dos desligados. Neste caso, a rotatividade dos empregados, característica típica do mercado de trabalho brasileiro, apresenta-se como um importante mecanismo de redução dos custos salariais.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

8.2. Rendimentos médios por setores

Observando-se os rendimentos médios por grande setor (IBGE) da atividade econômica, conforme o Gráfico 16, verifica-se que o maior rendimento médio é o da indústria, de R\$ 2.665,16, e o menor é o do comércio, de R\$ 1.172,35. Em todas os casos, a remuneração média dos admitidos é inferior à dos desligados. A maior diferença foi verificada na indústria, onde o rendimento dos admitidos correspondeu a apenas 66% do rendimento dos desligados. O setor agropecuário foi aquele no qual essa diferença mostrou-se menor, o rendimento médio dos admitidos correspondendo a 98% do rendimento médio dos desligados.



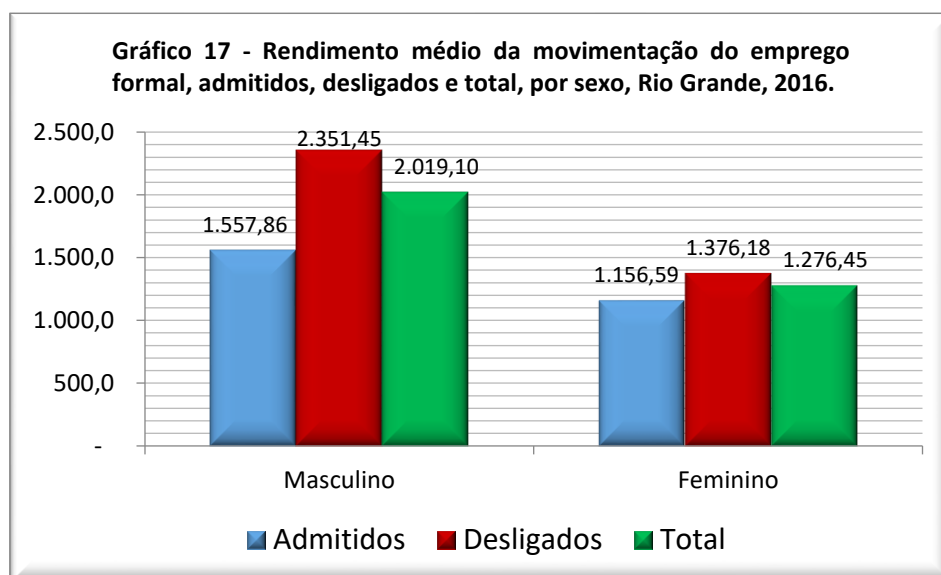
Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

8.3. Rendimentos médios segundo o perfil dos vínculos

Analisando-se os rendimentos médios das movimentações segundo o sexo, conforme o Gráfico 17, observa-se que o rendimento médio masculino, de R\$ 2.019,10, é significativamente superior ao feminino, de R\$ 1.276,45. Este último corresponde a apenas 63,2% do rendimento médio masculino e a 72,9% do rendimento médio total. Os rendimentos médios masculinos são também superiores aos femininos tanto entre os admitidos quanto entre os desligados. Entre os admitidos, a remuneração média feminina correspondeu a 74,2% da remuneração masculina. No caso dos desligados, essa diferença é maior, com a remuneração média feminina correspondendo a 58,5% da remuneração masculina.

É importante destacar que as diferenças entre os rendimentos de homens e mulheres observadas no mercado local de Rio Grande são mais acentuadas do que as verificadas no mercado formal de trabalho do Brasil e do Rio Grande do Sul, segundo o CAGED/2016. No caso do Brasil, os

rendimentos médios femininos correspondem a 86,7% dos masculinos para a movimentação total, 88,9% para admissões e 85,1% para os desligamentos. No Rio Grande do Sul, essa proporção é de, respectivamente, 85,8%, 87,4% e 84,5%. Este comportamento deve-se, sobretudo, às acentuadas diferenças observadas entre os rendimentos de homens e mulheres no setor industrial, particularmente na indústria naval de Rio Grande.

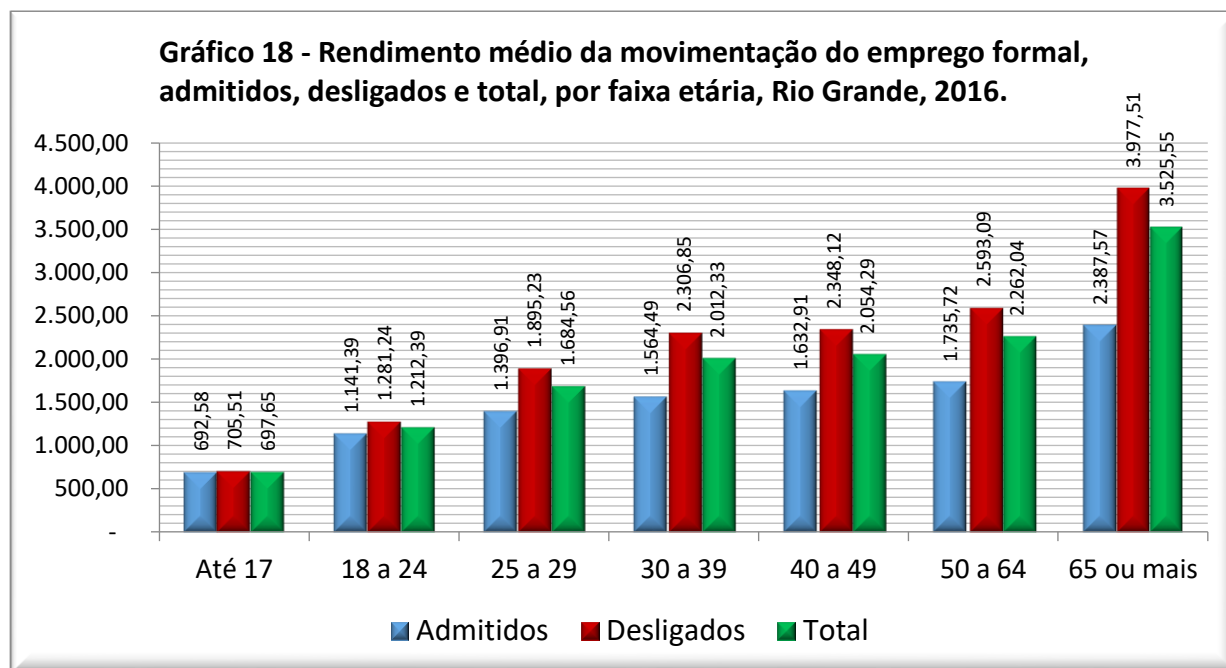


Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Quando se analisa os rendimentos médios dos vínculos movimentados segundo a faixa etária, conforme o Gráfico 18, observa-se que as remunerações crescem na medida em que a idade aumenta. Os menores de idade apresentam rendimento médio inferior ao salário mínimo, de R\$ 880,00. Em 2016, nas primeiras três faixas etárias, até 29 anos de idade, as remunerações são inferiores à remuneração média total, de R\$ 1.750,87.

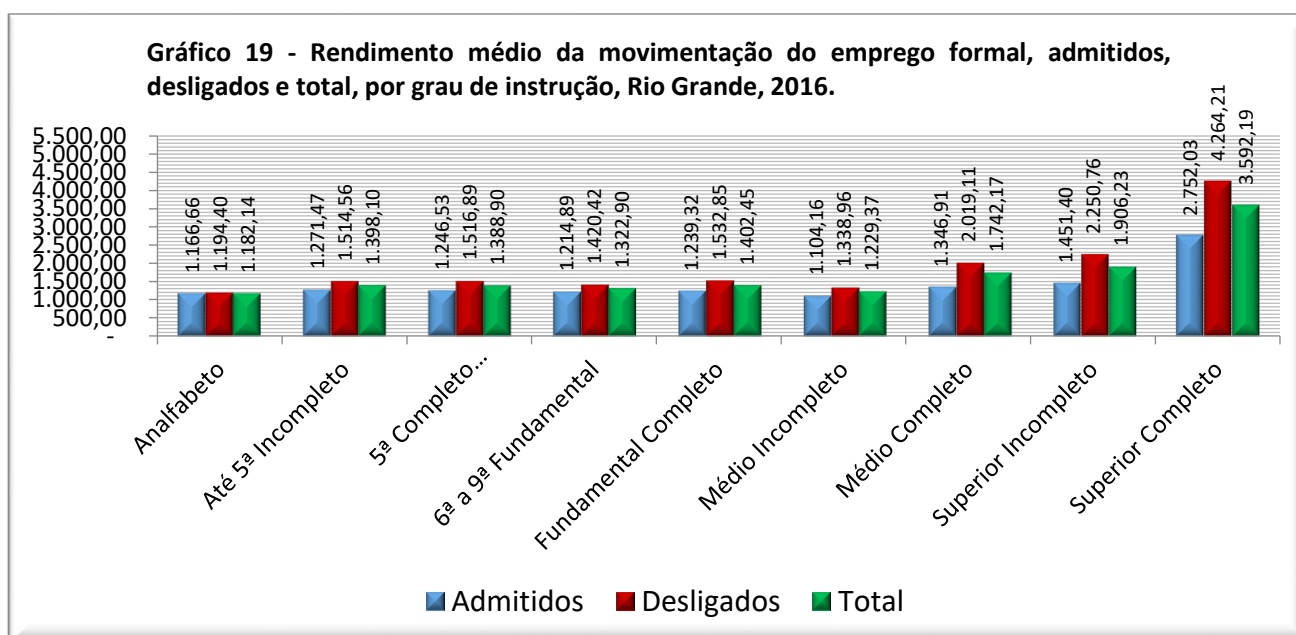
A remuneração média da faixa até 17 anos de idade representa apenas 39,8% da remuneração média total. Na faixa de 18 a 24 anos de idade, a remuneração corresponde a 69,2% da média total dos rendimentos e na faixa etária de 25 a 29 anos de idade a remuneração representa 96,2% da mesma. A partir da faixa de 30 a 39 anos de idade, os rendimentos superam crescentemente o rendimento médio total, chegando a representar 201,4% (R\$ 3.525,55) do mesmo na faixa etária de 65 anos ou mais de idade.

Em todas as faixas etárias, o rendimento médio de admissão é inferior ao rendimento médio de desligamento, sendo que essa diferença tende a crescer na medida em que aumenta a idade dos empregados. A proporção da remuneração dos admitidos em relação aos desligados varia de 98% (menor diferença), no caso dos empregados com até 17 anos, até 60% (maior diferença), no caso dos empregados com 65 anos ou mais.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Analisando-se os rendimentos médios segundo o grau de instrução, conforme o Gráfico 19, constata-se que os maiores rendimentos são dos empregados que possuem ensino superior completo (R\$ 3.592,19) e ensino superior incompleto (R\$ 1.906,23). Tratam-se das únicas categorias de escolaridade que apresentam rendimentos acima da média total (R\$ 1.750,87). O rendimento médio dos empregados com ensino superior completo corresponde a 205,2% do rendimento médio total. Já o dos empregados com ensino superior incompleto, essa relação corresponde a 108,9%.



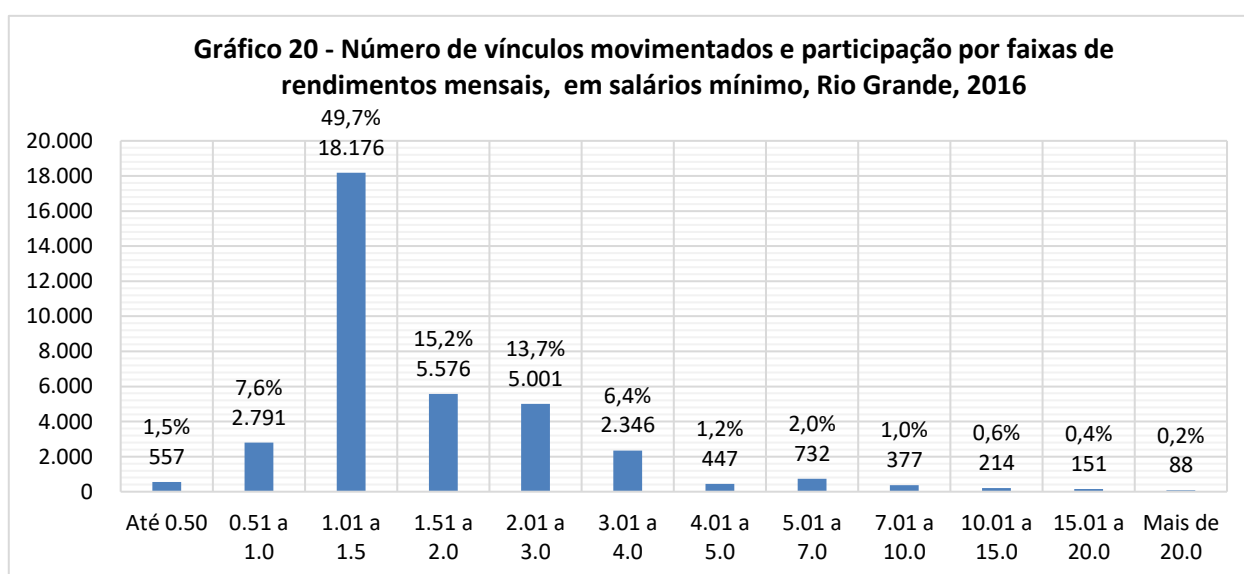
Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

Deve-se destacar que os rendimentos médios não crescem, necessariamente, na medida em que aumenta o grau de instrução. Desta forma, o rendimento médio dos empregados com ensino até 5ª série incompleta é de R\$ 1.398,10. Já na categoria seguinte, de 5ª série completa, cai para R\$ 1.388,90, e na categoria de 6ª a 9ª série do fundamental (incompleto), o rendimento médio recua para R\$ 1.322,90. O rendimento médio volta a crescer na categoria de ensino fundamental completo, com R\$ 1.402,45, e, novamente, recua para R\$ 1.229,37 na categoria médio incompleto.

Nas três categorias seguintes o rendimento médio é crescente. Em todas as categorias, os rendimentos médios dos desligados são superiores aos dos admitidos. Essa diferença cresce com o aumento do grau de instrução, sendo bastante elevada entre os empregados com ensino superior, completo e incompleto, cujas diferenças entre rendimento médio de admissão e de desligamento são de aproximadamente 64,5%, nos dois casos. A menor diferença ocorre entre os trabalhadores analfabetos, na qual o rendimento médio dos admitidos corresponde a 98% do rendimento dos desligados.

8.4. Faixas de rendimento das movimentações

Observando-se os vínculos movimentados segundo as faixas de rendimento, em salários mínimos, conforme o Gráfico 20, constata-se uma forte concentração nas faixas de rendimento mais baixas. Do total de vínculos movimentados, 49,7% concentram-se na faixa de 1.01 a 1.5 salários mínimos. Até 2.0 salários mínimos, atinge-se 74,0% dos vínculos movimentados. A participação das faixas de rendimento mais elevadas no conjunto das movimentações mostra-se bastante baixa. Apenas 11,9% do total de vínculos recebem acima de 3 salários mínimos e, acima de 5 salário mínimos, essa participação cai para 4,3%.



Fonte: Ministério do Trabalho (MTb), CAGED.

CONCLUSÕES

A análise dos dados apresentados ao longo deste Relatório conduz à proposição de duas ordens principais de conclusões. Uma primeira, de natureza mais estrutural e que se refere a um período mais longo de desenvolvimento do mercado de trabalho local (primeiros quatorze anos dos anos 2000, aproximadamente), e uma segunda, de natureza mais conjuntural, que se refere às mudanças mais recentes, de curto prazo (últimos anos, especialmente aos anos de 2015 e 2016).

A análise dos dados e indicadores estruturais, tanto dos censos demográficos (IBGE) como da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), revelam, em nível local, as mesmas tendências observadas em nível nacional, isto é, de “desprecarização” dos principais indicadores de mercado de trabalho.

No período de 2000 a 2010 (e até 2014, aproximadamente), observa-se uma forte expansão da ocupação (+25,8%), sobretudo do emprego formal protegido (+45,7%), bem como uma forte redução do número de desempregados (-49,5%) e das taxas de desemprego, que caíram de 19,1% para 8,6%, tudo isso acompanhado de um discreto crescimento das ocupações informais (+1,7%). Essa dinâmica positiva se efetiva no contexto de uma economia local predominantemente de serviços, que representavam 58,6% do produto interno bruto municipal, em 2014, mas com um importante papel da indústria como atividade dinamizadora dessa economia. Nesse mesmo ano, a indústria respondia por 23,3% do PIB municipal.

Uma vez que neste período houve uma importante valorização real do salário mínimo, pode-se concluir que, do ponto de vista do mercado de trabalho, ocorreu um importante processo de inclusão e integração social dos trabalhadores, provavelmente com efeitos positivos sobre o nível de consumo e de arrecadação do município.

Apesar da melhoria desses indicadores, sinais de vulnerabilidade e desigualdade no mercado de trabalho são ainda muito marcantes nesse período. Persistem níveis elevados de informalidade (trabalho sem contribuição previdenciária) que atinge 29,9% do total de ocupados, bem como de trabalhadores em situação de vulnerabilidade, que representam 35,9% da população economicamente ativa de Rio Grande. Eram 32.342 pessoas nessa condição, segundo o censo demográfico de 2010.

Cabe ressaltar, ainda, que parcelas importantes da população apresentavam maior vulnerabilidade, como menores, jovens e mulheres, cujas taxas de desemprego estão bem acima da média. Ademais, os dados revelam uma significativa participação dos trabalhadores por conta própria, dos trabalhadores domésticos e dos trabalhadores não remunerados no mercado de trabalho local, categorias que, tradicionalmente, apresentam elevada informalidade.

Esse período virtuoso de melhoria dos indicadores de mercado de trabalho dura até 2014, quando os sinais mais evidentes de crise atingem o mercado de trabalho no Brasil e em Rio Grande. De 2010 a 2014, o estoque de empregos formais experimentou um vigoroso impulso e cresceu 42,7%, segundo a RAIS. Todos os setores da economia tiveram crescimento no estoque de vínculos formais de emprego no período. Em decorrência dos investimentos no polo naval de Rio Grande, o destaque ficou por conta do setor industrial cujo estoque cresceu 122% no período e, isoladamente, foi responsável por cerca de 49% dos novos vínculos formais criados entre 2010 e 2014.

O setor da construção civil também teve crescimento no período, apesar de ter sofrido uma queda abrupta em seu estoque, com a perda de 50% dos vínculos entre 2013 e 2014, numa antecipação dos efeitos da crise. O setor da agropecuária, que tem pequena participação no conjunto do mercado local, teve alta discreta, mantendo relativa estabilidade no estoque de vagas ao longo do período.

É a partir de 2014 que os efeitos da crise se generalizam e são sentidos em todos os setores da economia, com a redução de seus estoques de vínculos entre 2014 e 2015. A indústria foi o setor mais atingido pela crise, com saldo negativo de -1.952 vínculos, o que representou uma redução de 13,1% em seu estoque de vínculos. Da mesma forma, foi o setor que mais contribuiu (participação de 54%) para a geração do saldo negativo total do município de Rio Grande, de -3.611 vínculos, segundo a RAIS.

No mesmo período, comércio e serviços, juntos, responderam por 41,6% do saldo negativo total (-1.502 vínculos), mas, proporcionalmente, o impacto da crise sobre esses setores mostra-se menor, uma vez que os mesmos representam 70,6% dos empregos formais em 2015, segundo a RAIS. Comércio e serviços tiveram uma redução em seus estoques de empregos, respectivamente, de -4,9% e -3,4%, perda inferior àquela observada no estoque total de vínculos, de -6,3%.

Em 2016, o impacto da crise se aprofunda na indústria. Do saldo negativo total de -4.960 vínculos, segundo o CAGED, o setor industrial foi responsável por -4.410 vínculos, o que representa uma participação de cerca de 89% no total. Neste sentido, a crise do emprego atinge centralmente a indústria, refletindo, em particular, a crise no setor naval em Rio Grande. Quanto aos demais setores da economia, à exceção do setor agropecuário, que teve ligeiro crescimento do estoque (+32), todos apresentaram saldo negativo, construção civil -56, serviços -208 e comércio -318.

Esses dados indicam que a dinâmica de geração e destruição de empregos apresentou ritmos diferentes conforme os setores da economia, mas a crise impactou de forma mais intensa o setor industrial, como consequência da crise da indústria naval. Trata-se de um aspecto que merece um aprofundamento analítico, sobretudo pelo seu impacto na economia local. Isto também pode ter importantes consequências para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento e de geração de emprego e renda.

Assim sendo, é importante realizar esse monitoramento setorial do emprego no município, na medida em que isso permitirá acompanhar mais profundamente as peculiaridades da dinâmica econômica local, suas atividades tradicionais, seus arranjos produtivos, bem como políticas de fomento adotadas. Igualmente, é importante acompanhar como a economia local irá se reorganizar após a forte crise que atingiu o setor naval.

Outro aspecto importante a destacar é que os dados sobre as ocupações mais movimentadas revelam a tendência, sublinhada acima, de concentração das atividades econômicas no comércio e serviços, envolvendo também ocupações que apresentam um menor nível de qualificação, bem como nas atividades industriais que registraram elevados saldos negativos. Um aprofundamento analítico sobre essa dimensão pode ter um importante efeito na definição de políticas de formação e qualificação profissional, bem como no aprimoramento das políticas de intermediação de mão de obra em nível local.

Ao mesmo tempo, observa-se que os dados sobre perfil dos vínculos e rendimentos revelam importantes desigualdades no mercado de trabalho local. Por um lado, é importante registrar que no município de Rio Grande a crise econômica recente tem acelerado o desligamento de trabalhadores adultos, de homens e de trabalhadores com escolaridade média, o que pode estar associado, por um lado, ao reflexo mais acentuado da crise do setor industrial e, por outro, pelo menos em parte, à tentativa das empresas de reduzir custos salariais, mantendo preferencialmente em seus quadros jovens e mulheres, categorias que apresentam médias salariais mais baixas.

Por outro lado, a aparente preservação de trabalhadores com nível superior pode estar associada, por sua vez, a outros fatores como à valorização da formação escolar e da produtividade em um contexto profissional de aumento da necessidade dos trabalhadores lidarem com fluxos de informações, uso de novas tecnologias, atividades relacionais, etc.

No que concerne aos dados sobre rendimento, esses revelam que as movimentações se concentram nos vínculos e ocupações que apresentam níveis de rendimento mais baixos. Logo, os empregados situados na base da pirâmide salarial são mais penalizados pelos processos de movimentação e rotatividade da força de trabalho. Ao mesmo tempo, as diferenças de rendimento médio entre admitidos e desligados revelam que a rotatividade favorece uma persistente redução dos custos salariais. Trata-se, esta rotatividade, de uma característica típica do mercado de trabalho brasileiro que pode trazer consequências negativas tanto para empregadores como para empregados em termos de preservação e ampliação das qualificações e competências profissionais. Essas diferenças de remuneração média entre admitidos e desligados mostram-se, também, mais acentuadas nos setores de atividade e nas categorias de perfil que apresentam níveis salariais mais elevados. Nesses casos, a redução dos custos salariais torna-se mais acentuada.

Os dados revelam, ainda, que as desigualdades salariais se expressam de maneira marcante quando se trata de sexo, idade e grau de instrução, na medida em que homens, trabalhadores mais idosos e trabalhadores com nível de ensino superior apresentam médias salariais bem mais elevadas que as demais categorias. Porém, cabe destacar que, no caso do grau de instrução, se observa que o crescimento dos rendimentos médios não é linear de acordo com o aumento da escolaridade.

As desigualdades setoriais se mostraram relevantes, observando-se uma grande diferença entre as remunerações praticadas na indústria com relação aos demais setores. Neste setor, puxado pela indústria naval, a remuneração média é muito mais elevada. O setor da construção civil apresenta a segunda remuneração média mais elevada, mas bem abaixo daquela verificada na indústria.

O dado mais significativo no que concerne às desigualdades de renda é a enorme diferença observada entre as remunerações de homens e mulheres. A média feminina encontra-se muito abaixo da média tanto do Estado do Rio Grande do Sul quanto do Brasil. Tal comportamento reflete, em boa medida, as diferenças observadas no setor industrial e, particularmente, na indústria naval. Neste sentido, as desigualdades setoriais observadas revelam a necessidade de aprofundar a análise a partir de dados menos agregados, uma vez que a agregação em grandes setores da atividade econômica pode esconder aspectos relevantes para compreensão dessas desigualdades.

Por fim, deve-se sublinhar que as conclusões apresentadas neste Relatório possuem, ainda, um caráter inicial e exploratório, exigindo o aprofundamento analítico sobre vários pontos abordados e a ampliação da análise para aspectos que não foram abordados. Como afirmado anteriormente na introdução, este Relatório é, antes de mais nada, um ponto de partida inicial para novas pesquisas e análises, bem como para o debate público e o diálogo com as políticas públicas e seus gestores.

NOTA METODOLÓGICA

A base de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) se baseia na declaração mensal ao Ministério do Trabalho (MTb) prestada pelos estabelecimentos empregadores que informam as movimentações de vínculos empregatícios celetistas realizados no mês de competência da declaração, isto é, as admissões e desligamentos, bem como as informações básicas de caracterização do estabelecimento e de seus trabalhadores movimentados. Os dados do CAGED referem-se apenas aos empregos formais celetistas declarados, estando excluídos os empregos estatutários e os empregos e ocupações informais. É importante sublinhar, ainda, que estes dados estão sujeitos a ajustes, tendo em vista as declarações realizadas fora do prazo regular. Os dados apresentados neste boletim levam em consideração as declarações no prazo e as declarações fora do prazo, tendo sido levantados em 04 de abril de 2017. Os dados sobre remuneração levam em consideração apenas as declarações realizadas no prazo.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO – IFISP/UFPeI

Coordenador: Prof. Francisco E. Beckenkamp Vargas

Subcoordenador do Acordo de Cooperação UFPeI/MTb: Hilbert David de Oliveira Sousa

Bolsistas de Extensão: Agnes Martha da Silva e Franciely Costa Braga

Supervisoras em Pesquisa e Extensão: Ana Cristina Porto Fabres e Rafaella Egues da Rosa

Portal na internet: <http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial>

Fones: (53) 3284-5545 ou 99147-8158

E-mail: observatoriosocialdotrabalho@gmail.com